



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Natálio Stica |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PTB | Carlos Simões |
| PFL | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB | Antonio Anibelli |
| PP | Cida Borghetti |
| PT | Tadeu Veneri |
| PDT | Barbosa Neto |
| PSL | Luiz Carlos Martins |
| PL | Mauro Moraes |
| PPS | Ratinho Júnior |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 002ª SESSÃO ORDINÁRIA | 02 |
| Lista de presenças..... | 02 |
| Expediente..... | 03 |
| Ofícios..... | 03 |
| Indicações | 04 |
| Requerimentos | 04 |
| Projetos de Lei | 07 |
| Horário do Pequeno Expediente | 13 |
| Dep. Neivo Beraldin | 14 |
| Dep. Barbosa Neto..... | 14 |
| Dep. Luciana Rafagnin | 15 |
| Dep. Ademar Traiano..... | 16 |
| Dep. Jocelito Canto..... | 18 |
| Dep. Artagão Júnior..... | 19 |
| Horário do Grande Expediente..... | 19 |
| Dep. Rafael Greca..... | 20 |
| Horário das Lideranças | 23 |
| Liderança do PSB: Dep. José | |
| Domingos Scarpellini | 23 |
| Liderança do PT: Dep. Luciana | |
| Rafagnin..... | 24 |
| Liderança do PMDB: Dep. Elza | |
| Correia | 25 |
| Liderança da Oposição: Dep. | |
| Valdir Rossoni..... | 26 |
| Ordem do Dia | 26 |
| Leitura do Expediente | 26 |
| Discussão/Votação | 27 |
| Requerimentos | 73 |
| Explicações Pessoais | 74 |
| Dep. Elton Carlos Welter | 74 |
| Ordem do dia da próxima Sessão | 74 |
| Atas de Comissões | 74 |
| Comissão de Saúde Pública | 74 |

002ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE FEVEREIRO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, José Maria Ferreira, Renato Gaúcho e Waldir Leite (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob nº 008/2005, do Sr. Douglas Martins de Souza, Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, informando que através do Decreto Presidencial de 30 de dezembro de 2004, o ano de 2005 foi instituído como Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1019/2004, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando homologação pelo Tribunal dos cálculos das quotas de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 056/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópia referente ao Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 03/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 041/2005, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatórios de Atividades Institucionais, referente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 015/2005, do Sr. Luís Anselmo Pereira de Souza, Secretário substituto da Secretaria da Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhado Aditivo ao Convênio firmando entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Governo do Estado do Paraná, para aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 472/2004, do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo, Gerente Geral da EMBRAPA, informando que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o Estado do Paraná, através do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, firmaram convênio no valor de R\$ 317.394,00, sendo R\$ 264.450,00 proveniente da EMBRAPA e R\$ 52.944,00 de contrapartida, com o objetivo de execução de pesquisa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 023/2005, do Sr. Manoel Barral Neto, Diretor de Programas Temáticos e Setoriais, informando convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

do Paraná - FAADCT/PR, com o objetivo de desenvolvimento do Programa "Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde", no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1383/2004, do Sr. Pedro Brito do Nascimento, Chefe de Gabinete do Ministério da Integração Nacional, comunicando liberação da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em favor do Governo do Estado do Paraná, para geração de empregos e renda na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 081/2005, do Sr. Elias de Paula de Araújo, Diretor do FNMA, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Superintendência de Desenvolvimento em Recursos Hídricos e Saneamento, no valor de R\$ 1.250.680,00, para execução do projeto "Plano Estadual de Recursos Hídricos". **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1371/2004, do Sr. Manoel Valdemiro Francalino da Rocha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando convênio celebrado entre a Secretaria e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida/PR, no valor de R\$ 50.000,00 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e R\$ 5.000,00 contrapartida, com o objetivo de apoiar na contratação de um caminhão F-4000 e dois tratores de pneus, para a realização de serviços de preparo do solo em propriedade de pequenos agricultores. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1276/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação para o Programa PNATE. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 0054/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contratos de repasse de recursos entre a EMATER e a Caixa Econômica, tendo por finalidade a infra-estrutura e serviços. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 0055/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando que a vigência dos contratos de repasse firmado com a Secretaria de Estado da Educação em 26/12/2003, Programa Esporte na Escola, foram prorrogados para 31/12/2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 0057/2004, do Sr. Fábio Carnelós, Superintendente de Negócios substituto da Caixa Econômica Federal, comunicando que as vigências dos contratos de repasse firmados com a Empresa Paranaense de Assistên-

cia Técnica e Extensão Rural, Programa PRONAF, foram prorrogados respectivamente, para 31/12/2005 e 30/06/2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 038/2004, do Sr. Lourisvaldo da Costa Casemiro, Gerente Geral, em exercício da Caixa Econômica Federal, informando liberação de recursos financeiros destinado ao Governo do Estado, para execução de obras no Município de Ortigueira - Assentamento Liberação Camponesa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 0056/2004, do Sr. Fabio Cernelós, Superintendente de Negócios substituto da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros destinado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no âmbito do Programa PRONAF. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 013/2005, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 120.000,00, referente ao Projeto de Capacitação para Qualificação e Aprimoramento da Gestão e Controle da Política de Assistência Social. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1385/2004, do Sr. Pedro Brito do Nascimento, Chefe de Gabinete do Ministério da Integração Nacional, comunicando liberação de recursos financeiros em favor do Governo do Estado, objetivando modernização e ampliação dos sistemas produtivos locais nos municípios da mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 210 e 210-A/2004, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador da CGOF, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 66/2005, do Sr. Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, no valor de R\$ 473.690,00, com objetivo de organizar a Rede Estadual de Monitores de Economia Solidária. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Sr. Luiz Silveira Rangel, Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 274.300,00, visando atender os alunos matriculados no Programa/modalidade Educação Especial. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações

Indicação nº 002/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja estadualizada o acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista e a sede do Município de Cambira, numa extensão de (7) sete quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Conseqüentemente, a conservação e manutenção deste acesso são de responsabilidade do Município, que muitas vezes não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também como a manutenção de estradas rurais e carreadores.

Com a conservação pelo DER desta estrada com cerca de 7 (sete) quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR a composição da Liderança do Partidos dos Trabalhadores, para o ano de 2005, como segue:

Líder: Deputado Tadeu Veneri

1º Vice-líder: Deputado André Vargas

2º Vice-líder: Deputado Paulo Campos

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Líder da Bancada do PT

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o desarquiva-

mento do Projeto de Lei nº 705/2001, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Waldemar Niclevicz, tendo em vista que o mesmo já recebeu parecer favorável nas comissões permanentes da Casa.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Everson Castelhamo Pereira, ocorrido dia 18/2º/2005, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 37 anos de idade, faleceu no último dia 18 de fevereiro, o cinegrafista Everson Castelhamo Pereira. Era cinegrafista da Secretaria da Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná.

Deixou viúva a Sra. Valdicleia Cardenaz Pereira de dez anos.

O passamento de Everson Castelhamo Pereira, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Everson, foi um profissional cumpridor de seus deveres muito competente. Como cinegrafista, esteve presente nos grandes eventos políticos dos últimos anos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos todavia um consolo: e a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares de Everson Castelhamo Pereira, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos traba-

lhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento dos adolescentes Guilherme Henrique de Godoy Gonçalves e Guilherme Sanson de Moraes, em consequência de atropelamento ocorrido na noite de sábado, 19 de fevereiro passado, causado por motorista embriagado que evadiu-se do local sem prestar socorro às vítimas.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento às famílias enlutadas: a primeira residente a Rua Ludgero Pavão, 627 - Vila Marina - CEP: 84020-580 e a segunda residente a Rua Francisco Manoel, 360 - Vila Ana Rita, ambas em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 17 de fevereiro passado, do Sr. João Baron, empresário respeitado na sociedade prontagrossense e titular do Grupo J. Baron.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Augusto Ribas, 444, Ap. 04 - Centro - CEP: 84010-300 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Setembrino Azambuja, ocorrido em 16 de fevereiro passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Laplace, 84 - Vila Maria Otília - CEP: 84045-450 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUEREM, envio de voto de pesar, à família Stang pelo falecimento da Irmã Dorothy Stang, ocorrido dia 12 de fevereiro, na cidade de Anapu, Estado do Pará.

Nestes termos, pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de

Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares, Rua 7 de Setembro, 1587 - Centro - CEP: 68.371-080 - Altamira-PA.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) ELZA CORREIA, PADRE PAULO CAMPOS e LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Missionária americana Dorothy Stang, 73 anos era naturalizada brasileira e trabalhava em nosso país, como integrante da CPT - Comissão Pastoral da Terra, desde a época de sua fundação, com pessoas desamparadas excluídas, há 40 anos.

Fazia parte da Congregação Religiosa de Notre Dame, tendo acompanhado com firmeza a paixão, a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará.

Atuava junto aos trabalhadores rurais, defendia o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades da Amazônia, a reforma agrária e que por isso era chamada, merecidamente, de santa pelas famílias a quem atendia.

O episódio ocorrido no Paraná pôs fim à vida de uma guerreira, entre tantos e tantos que dedicam a sua vida à causa da reforma agrária e da inclusão social, sendo assim a Assembléia Legislativa, por intermédio destes Deputados, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares da Irmã Dorothy Stang, endereçando votos de profundo pesar e solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de congratulações ao Rotary Club Internacional, pela passagem de seu centenário.

O Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo.

Seus principais corolários são, através do desenvolvimento do companheirismo, estimular e fomentar o ideal de servir, proporcionando como conseqüências disso a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

Sempre com o objetivo de promover compreensão mundial por meio de programas internacionais de prestação de serviços humanitários e intercâmbios educacionais e culturais, o Rotary vem desenvolvendo suas atividades desde o dia 23 de fevereiro de 1905, data em que foi fundado o primeiro clube de prestação de serviços, o Rotary Club de Chicago, em Illinois, EUA.

Neste semana, a família rotariana local vem se preparando para comemorar os 100 anos de existência do Rotary Internacional com o lema "Celebramos Rotary, 100 anos", organização que hoje tem mais de 1,2 milhão

de sócios em 166 países. Trata-se de uma data festiva e que deve ser lembrada por todos, haja vista as admiráveis posturas defendidas pelo Rotary em prol da produção mundial, sempre capitaneando ações de grande relevância social.

Sendo merecedor desta singela homenagem, solicito ainda especial gentileza em notificar o Presidente Sr. Glenn E. Estess, bem como o Sr. Emanuel Mascarenhas Padilha no endereço localizado na Tv. Oliveira Bello, 67, sala 1002.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos anais da presente Sessão, de voto de congratulações à nova diretoria do Instituto de Engenharia do Paraná, comandada pelo Presidente engenheiro Luiz Cláudio Mehl, eleita para o biênio 2005/2007, que toma posse no dia de hoje, em cerimônia no Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná, bem como à diretoria que sai, comandada pelo Presidente e engenheiro Gilberto Piva. Compõem a nova diretoria, num gesto de sabedoria democrática do colegiado eleitoral dos engenheiros, membros das duas chapas concorrentes, numa fusão propiciada pelo eleitorado.

Assim é, que nossas congratulações dirigem-se aos ilustres engenheiros:

Diretoria:

Luiz Cláudio Mehl, José Alfredo Brenner, Roberto Gregório da Silva Júnior, Cleber Mumphreys, Isis Ribas Busse, Nelson Luiz Gómez, Jaime Sunye Neto.

Conselho Deliberativo:

Cássio José Ribas de Macedo, Lindolfo Zimmer, Raul Munhoz Neto, Shido Ogura, Luiz Dernizio Caron, Sérgio Scheer.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1926, o glorioso Instituto de Engenharia do Paraná tem se notabilizado pelos serviços de apoio a nossa sociedade, em campanhas comunitárias e de esclarecimento público, nas mais diversas áreas da engenharia.

Notável sua participação contra a venda da COPEL, sua atual campanha pela duplicação da BR-116, e contra o apagão estratégico iminente na infra-estrutura do sul do Brasil e do país inteiro, na definição do melhor traçado para o gargalo ferroviário na região de Ponta Grossa - Guarapuava, nas soluções dos portos de Paranguá, Antonina, Galheta e Ponta do Poço, na Rede Metropolitana de Transporte de Curitiba, e em todos os outros temas referentes à boa engenharia do Paraná.

Encaminhe-se este voto de louvor aos senhores membros e ao ex-Presidente, rua Emiliano Pernet, 174,

CEP: 80010-050, Curitiba-PR. - Fax (41) 322-9129/E-mail iep@iep.org.br.

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Plínio Gonzaga, pelos 50 anos de atividade imobiliária em Curitiba, completados em 2004. Vale ressaltar que, das seis imobiliárias que atuavam em 1964, apenas a Gonzaga continua em plena atividade, comprovando que empresas familiares podem ser bem sucedidas, desde que haja esforço, competência e vocação para a atividade desempenhada. O Sr. Plínio, falando de dons e experiência de vida, mencionou que “quem pensa em crescer deve olhar sempre para onde quer chegar”, demonstrando que a Gonzaga, através de seu mentor e de seus colaboradores, sempre teve o olhar direcionado para o longe.

Por essa razão, a Assembléia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar o Sr. Plínio Gonzaga e todos os colaboradores que fizeram a história da Gonzaga Imóveis nestes 50 anos.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências no sentido de apurar a morte, por asfixia, de um adolescente de 15 anos no interior do CIAADI (Centro de Atendimento ao Adolescente Infrator) de Londrina, no último fim de semana.

O referido crime foi cometido por outros dois adolescentes infratores.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná solicitando as seguintes informações a respeito de estudos sobre cursos universitários das Universidades Estaduais do Paraná:

- Se houve liberação do concurso vestibular para o ano de 2005 do curso de Fonoaudiologia da UNICENTRO - Campus de Irati;

- Se o parecer sobre os dados levantados pela SETI enviado ao Executivo, indica a manutenção ou a suspensão do curso;

- Se a Instituição está autorizada a utilizar os recursos previstos em emendas orçamentárias federais e estaduais, para a construção do laboratório necessário ao curso em questão;

- Caso não tenha sido liberado o concurso vestibular para o ano de 2005 do curso supracitado, qual a meta do governo para este;

- Se o referido curso é ofertado em outra instituição pública no Paraná.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5ª da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 021/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamentos cobradas por Shoppings Centers e Hipermercados instalados no Estado do Paraná, os clientes que comprovarem despesa correspondente a pelo menos dez vezes o valor da referida taxa.

§ 1º - A gratuidade a que se refere o *caput* só será efetivada mediante a apresentação de notas fiscais que comprovem a despesa efetuada no estabelecimento.

§ 2º - As notas fiscais deverão necessariamente datar do dia no qual o cliente faz o pleito à gratuidade.

Art. 2º - O período do veículo no estacionamento dos estabelecimentos citados do artigo 1º, por até vinte minutos, deve ser gratuito.

Art. 3º - O benefício previsto nesta lei só poderá ser percebido pelo cliente que permanecer por, no máximo, 2 (duas) horas no interior do Shopping Center ou Hipermercado.

§ 1º - O tempo de permanência do cliente no interior do estabelecimento deverá ser comprovado através da emissão de documento quando de sua entrada no estacionamento daquele estabelecimento.

§ 2º - Caso o cliente ultrapasse o tempo previsto para a concessão da gratuidade, passa a vigorar a tabela

de preços para o estacionamento utilizada normalmente pelo estabelecimento.

Art. 4º - Ficam os Shoppings Centers e Hipermercados obrigados a divulgar o conteúdo desta lei através da colocação de cartazes em suas dependências.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) ANTONIO ANIBELLI e

AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa, primeiramente, fazer com que a população seja beneficiada com a supressão da cobrança de mais esta taxa, população esta que já está submetida a uma alta carga de taxas e tributos. Neste caso específico a cobrança nos Shopping Centers e Hipermercados, a população é particularmente prejudicada, uma vez que já tenha consumido valores significativos nos estabelecimentos citados. Além disso acreditamos que as vendas nos referidos estabelecimentos seriam impulsionadas, uma vez que a possibilidade de gratuidade em relação ao uso do estacionamento seja facultada àqueles que os frequentam. Se tudo não fosse suficiente para justificar a iniciativa prevista nesse projeto, devemos considerar que sendo ele aprovado, certamente traria um incremento à arrecadação de ICMS por parte do Estado, uma vez que o projeto prevê que o benefício da gratuidade só será concedido através da apresentação de notas fiscais.

Sem dúvida alguma, entre as conseqüências mais auspiciosas deste Projeto de Lei, destaca-se o fortalecimento da soberania do cidadão consumidor, cada vez mais beneficiado pela liberdade de escolher entre as alternativas de qualidade, preço e atendimento oferecido por um mercado de bens e serviços, cuja própria dinâmica solapa fronteira e corrói paradigmas tecnológicos ou econômicos.

Ao mesmo tempo, cumpre notar que nossa missão de proteger expandir essa liberdade de escolha à disposição do consumidor paranaense não se exerce em um vácuo sócioeconômico, mais sim, um meio a este breve esboço da natureza complexa e delicada de nossas tarefas.

PROJETO DE LEI Nº 022/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a implantar, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, casas de abrigo diário, destinadas a aceitar mulheres vitimadas pela violência doméstica, denominadas Pousadas de Maria.

Parágrafo Único - As Posadas de Maria são instaladas em locais definidos pelos índices oficiais como de

maior número de registro de casos de violência doméstica.

Art. 2º - As Delegacias de Polícia Civil e Unidades da Polícia Militar do Paraná deverão recomendar a hospedagem da vítima nas Pousadas de Maria, encaminhando-as mediante a confecção de formulário próprio em que haverá identificação da vítima e do agressor, constando ainda breve descrição da forma de agressão.

Parágrafo Único - Somente serão admitidas nas Pousadas de Maria as vítimas de violência doméstica que apresentem o formulário tratado no *caput*, que será registrado e arquivado para fins estatísticos.

Art. 3º - A hospedagem será integralmente gratuita, limitada ao período estimado pela autoridade policial como suficiente para possibilitar o retorno da vítima ao lar sem risco de nova e imediata agressão.

Art. 4º - O Poder Executivo deverá implantar, em convênio com as universidades públicas estaduais, programas de tratamento e acompanhamento médico, odontológico, psicológico e de assistência social às hospedadas nas Pousadas de Maria.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

O projeto tem por escopo criar um espaço de permanência segura e confortável para mulheres que sejam vítimas recentes de violência doméstica, encaminhadas ao local pela autoridade policial tão logo registrado o ato criminoso.

Tal providência volta-se, de um lado, a evitar a propagação da violência doméstica, permitindo a retirada da vítima do local de risco, destinando-se, de outro lado, a coibir a ocorrência das novas práticas violentas mediante o constante acompanhamento sócio-médico-psicológico, realizado pelos acadêmicos dos cursos atinentes das universidades estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 023/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a instalação de torres e antenas de telefonia próximas de locais de grande aglomeração popular.

§ 1º - A autorização da instalação depende de parecer técnico que certifique a distância das regiões de maior aglomeração popular assim como o grau de risco de danos pessoais e materiais.

§ 2º - O parecer deverá ser fornecido pela empresa que explorará a torre ou antena, comportando nova análise pelo órgão competente de cada Município.

Art. 2º - As empresas que procederem a instalação, ainda que em bens particulares, sem proceder a apresentação dos documentos tratados nesta lei ficarão sujeitas à aplicação de multa, no valor de 50 a 20 mil UFIR's, sem prejuízo de outras sanções, devendo, de pronto, proceder o desmonte da antena ou torre.

Parágrafo Único - Fica autorizada a cobrança de taxa para emissão da autorização da instalação da torre ou antena.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa priva-

tiva do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

A disseminação das concessões de telefonia fixa e móvel realizadas pelo Poder Executivo Federal tem alterado o panorama das cidades brasileiras cada vez mais pontudas por antenas e torres em que se instalam células de comunicação.

Sabe-se que quanto mais alta a torre, maior o alcance das ondas que transmite. Sabe-se também que quanto mais próxima de locais de grande aglomeração de pessoas, maior a eficiência do serviço.

A conjunção desses detalhes técnicos, somada à necessidade empresarial de conquista de uma parcela cada vez maior do mercado, instalando mais e mais torres, têm criado um panorama ameaçador nas cidades paranaenses, já que o Paraná é o Estado que tem pontificado como o de maior avanço no uso da telefonia celular.

O projeto em foco busca extirpar o risco de danos decorrentes de quedas de antenas ou torres de telefonia, instituindo regra de cautela que surpreendentemente é desconsiderada nas instalações desses aparatos.

O desenvolvimento das telecomunicações não pode chegar ao ponto de comprometer o patrimônio, a integridade física e a vida dos cidadãos paranaenses. Há que se desenvolver, sem deixar de lado a segurança individual.

PROJETO DE LEI Nº 024/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nas situações em que a certidão negativa da Carteira Nacional de Habilitação for exigida como requisito para seleção de emprego o DETRAN/PR deverá fornecê-la sem custo ao requerente.

Parágrafo Único - A prova da exigência da certidão para a seleção de empregados será feita mediante formulário fornecido pela empresa selecionante, ou pela apresentação da Carteira de Trabalho com anotação que permita constatar a ausência de vínculo empregatício vigente.

1.STF.Plano. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

Art. 2º - As empresas que exigirem a certidão tratada no artigo anterior deverão fornecer ao interessado documento que comprove a exigência.

Art. 3º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seu deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

Este projeto integra uma série de providências legislativas encetadas pelo Deputado proponente destinadas a facilitar a empregabilidade do paranaense, retirando obstáculo de índole formal e financeira capazes de impedir o acesso ao sustento e à dignidade com a estabilidade que somente o emprego formal consegue permitir.

Quanto a sanha arrecadadora da burocracia entra em linha de confronto com a busca de uma vida plena, inspirada pela dignidade que somente a plena cidadania pode permitir, é imperioso que ceda a cidadania e prevaleça o interesse imediato do cidadão.

Há que se superar o conceito de que a empregabilidade somente progride quando escapa das exigências do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 025/2005

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

Art. 1º - Quando exigida como requisito para a formalização de vínculo empregatício, a certidão de antecedentes criminais será fornecida sem custo ao requerente.

Parágrafo Único - A prova da exigência da certidão para seleção de empregados será feita mediante formulário fornecido pela empresa selecionante, ou pela apresentação da Carteira de Trabalho com anotação que permita constatar a ausência de vínculo empregatício vigente.

Art. 2º - As empresas que exigirem a certidão tratada no artigo anterior deverão fornecer ao interessado documento que comprove a exigência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”²

Este projeto integra uma série de providências legislativas encetadas pelo Deputado proponente destinadas a facilitar a empregabilidade do paranaense, retirando obstáculo de índole formal e financeira capazes de impedir o acesso ao sustento e à dignidade com a estabilidade que somente o emprego formal consegue permitir.

Quanto a sanha arrecadadora da burocracia entra em linha de confronto com a busca de uma vida plena, inspirada pela dignidade que somente a plena cidadania pode permitir, é imperioso que ceda a cidadania e prevaleça o interesse imediato do cidadão.

2.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

Há que se superar o conceito e que a empregabilidade somente progride quando escapa das exigências do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 026/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido a utilização de catracas eletrônicas, máquinas de astick e de bilhetagem eletrônica para emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo pertencentes a empresa que, mediante concessão ou permissão, exploram linhas urbanas, metropolitanas, municipais e intermunicipais, no âmbito do Estado do Paraná pelo prazo de vinte e cinco anos, a contar da data da entrada em vigor desta lei.

§ 1º - Com expressa autorização do Poder Concedente, desde que não ocorra demissão de cobradores e emissores de bilhetes e os mesmos continuarem com suas atribuições funcionais, poderá ser instalado o sistema de bilhetagem automática.

§ 2º - Caso ocorra a instalação da bilhetagem eletrônica e a dispensa de cobradores ou emissores de bilhetes, a empresa terá a concessão e a permissão automaticamente cancelada.

Art. 2º - O Poder Concedente após o vencimento do prazo estipulado no artigo 1º, poderá promover prorrogações por iguais períodos, enquanto perdurarem as razões socioeconômicas que estimulem a existência de demanda reprimida na categoria de cobradores e emissores de bilhetes, entre os rodoviários.

Art. 3º - Não serão admitidas, mesmo nos sistemas de transporte integrado, as substituições do homem pela máquina, tão pouco a sistemática de venda de bilhetes em locais divorciados do interior dos veículos envolvidos no transporte a que se refira o bilhete, a exceção dos locais apropriados nas Rodovias municipais e para a venda de passagens e de vale transportes.

Art. 4º - A Secretaria do Transporte regulamentará as disposições desta Lei, priorizando o bem-estar dos usuários, mas, sobretudo privilegiando as medidas que assegurem, sob pena de multas elevadas, a preservação dos empregos dentre os rodoviários, em especial dos cobradores.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Pelas razões diversas, ligadas adoção de políticas de inspiração neoliberal nos governos passados, nosso

Estado vive hoje um momento, embora venha apresentando melhoras, de desemprego muito grande. Paralelamente, a modernização de atividades, incentivadas pela competição em torno de custos mais baixos, tem elevado a substituição de trabalhadores por sistemas automatizados, o que resulta na extinção de postos de trabalho, contribuindo para o aumento do desemprego.

Tal fato preocupa toda sociedade, particularmente as entidades sindicais. Vários segmentos da economia, como é o caso da indústria automobilística, dos servidores de telecomunicações e do sistema financeiro vem experimentando mudanças tecnológicas, calçadas na informatização e na automação, que concorrem para a destruição ou radical transformação dos empregos. Embora a modernização tecnológica seja um alvo justificável, não podemos permitir que ele seja alcançado ao custo social do desemprego.

Com intuito de intervir nessas questões a Câmara Federal aprovou recentemente lei que proíbe a instituição do chamado "auto serviço", nos postos de combustíveis. No mesmo sentido, estamos oferecendo aos nobres Pares esta proposição, que proíbe, por vinte e cinco anos, a utilização de catraca eletrônica ou equipamento similar para controle de passageiros nos veículos de transporte coletivo de passageiros, em linhas municipais (ou intermunicipais, desde que no âmbito de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas). Para garantir a eficácia da lei, estabeleceremos, também, a aplicação de uma multa em caso de descumprimento.

Entendemos que o prazo previsto é suficiente para que preservando o emprego dos cobradores de ônibus e o bem-estar de suas famílias, a categoria possa ser reorientada no mercado de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 027/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizando o Poder Executivo a Estadualizar o acesso rodoviário PR 170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista e sede do Município de Cambira, numa extensão de (7) sete quilômetros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfico de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Conseqüentemente, a conservação e manutenção desse acesso são de responsabilidade do Município, que muitas vezes não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas

relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas e de incentivo à industrialização e também, com o a manutenção de estradas rurais e carreadores.

Com a conservação pelo DER dessa estrada com cerca de 7 (sete) quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região estaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI Nº 028/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Instituições de Ensino Estadual, Municipal e Particulares do Estado do Paraná, de 1ª a 4ª séries, colocarão à disposição dos alunos, armários individuais com chave, visando a diminuição do peso das mochilas e o excesso de material transportado diariamente pelos estudantes, uma vez que o mesmo ficará armazenado dentro das escolas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o presente projeto de lei que dispõe sobre o provimento de armário individual com chave nas Escolas Estaduais, Municipais e particulares do Estado do Paraná de 1ª a 4ª séries.

A presente proposta se destina a fazer com que os estudantes transportem menos peso, diminuindo assim a incidência de problemas de crescimento e coluna nos alunos das instituições de ensino.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 029/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Joanna de Ângelis, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Joanna de Ângelis, entidade civil sem fins lucrativos, desenvolve trabalhos de extrema

relevância social na cidade, atuando na geração de renda através da realização de artesanato com crochê, reciclagem de garrafas pet etc. Em parceria com a CEASA distribui frutas e legumes a pessoas carentes todas as quartas e sábados amenizando assim a fome de cerca de 65 famílias. A entidade também realiza atendimento médico com o apoio de médicos voluntários, dentre outras atividades voltadas para o atendimento aos necessitados.

Desta forma, pela importância das atividades desenvolvidas pela entidade, apresenta-se o presente projeto a fim de declarar de Utilidade Pública, contando para tanto com o apoio dos nobres colegas.

PROJETO DE LEI Nº 030/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar do Idoso Carente e Amparo ao Deficiente Físico, do Município de União da Vitória, inscrita no CNPJ sob nº 05.945.136/0001-98.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação Lar e Asilo Carente, e amparo ao Deficiente Físico, foi fundada em 09 de agosto de 2002, com sede no Município de União da Vitória-PR, inscrita no CNPJ nº 05.945.136/0001-98, com sede à Rua Carmaristo Manuel Santana de Moraes, 199, bairro São Cristóvão, tem por finalidade principal prestar assistência à velhice desamparada, ao deficiente físico carente e ao doente carente convalescente, de ambos os sexos, fornecendo-lhes moradia, vestuário e medicamentos básicos sem distinção de raça, ideologia política, credo, cor ou nacionalidade, bem como, estabelecer e celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para, mediante subsídio ou remuneração, prestar serviços no âmbito de suas finalidades, promover debates, seminários ou quaisquer outras realizações que versem sobre assuntos de seu interesse e da comunidade.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 031/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Campina da Lagoa, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos da população do Município de Campina da Lagoa, que buscam o maior conforto para diminuir assuntos concernentes a Trânsito.

É uma aspiração antiga desta população, pois para solucionarem problemas de regularização documental de seus veículos, os munícipes são obrigados a realizar gastos elevados para contar com o serviço público do DETRAN.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 032/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mourãoense de Portadores de Deficiência Física de Campo Mourão - AMDEFI, com sede e foro em Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A AMDEFI foi fundada em 09 de agosto de 2003 e tem sede e foro no município paranaense de Campo Mourão.

Tem por finalidade promover o ajustamento e o bem-estar de pessoas portadoras de deficiências físicas, encarregando-se da documentação e divulgação das normas legais federais, estaduais e municipais que interessam a esses cidadãos, além de instituir e coordenar amplos serviços de assistência cultural, social e profissional, promovendo a integração social de seus membros.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida dos deficientes físicos.

PROJETO DE LEI Nº 033/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Visuais de Campo Mourão/PR - ADEVICAMPO, com sede e foro na cidade e comarca de Campo Mourão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A ADEVICAMPO foi fundada no dia 1º de setembro de 2001 e tem sua sede administrativa e fórum na comarca de Campo Mourão/PR.

Tem por finalidade a união das pessoas com deficiência visual, sua promoção e integração social, formação educacional e profissional, bem como a defesa de seus direitos; busca promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, buscando assegurar-lhes a cidadania; além disto, atua e articula junto aos poderes públicos e entidades privadas, objetivando a definição de políticas que assegurem aos deficientes visuais o pleno exercício dos seus direitos.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 034/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores de Rio Bandeira, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a associação supra, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida em 15-07-1994 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo principal a promoção do desenvolvimento comunitário dos agricultores que a congrega.

Sendo assim, por atender os requisitos legais deste Estado, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição Parlamentar.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT):

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Gostaria de saudar a presença do ilustre Senador da República, Presidente Estadual do meu Partido e Líder no Senado Federal, Senador Osmar Dias.

O que me traz à tribuna nesta tarde, é para dar eco a um grande desastre ambiental, um grande desmatamento ocorrido na cidade do Rio Azul, onde cerca de cinco mil árvores foram derrubadas por um engenheiro agrônomo, chamado Elói Mansur. Em menos de duas semanas, tratores destruíram uma floresta de araucária, que levou centenas de anos para ser formada, no Município de Rio Azul.

A área atingida, parte dela de preservação permanente, mede 44 mil hectares, equivalente a 60 campos de futebol. Entre cerca de 15 mil árvores estão imbuúias de 300 anos, pinheiros centenários e mais umas 40 espécie de árvores nativas que estavam protegidas, por essa área de desmate por ordem e determinação desse engenheiro agrônomo que já havia sido notificado pelo IBAMA por ter cometido o mesmo crime ambiental no ano passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos que o IAP, o Estado, está aparelhado com aeronaves para acompanhar o desmate. Agora também entendemos que não seria muito difícil fiscalizar as serrarias onde cortam essas árvores, para se ter um acompanhamento mais de perto.

Mas eu venho à tribuna para pedir ao Juiz de Direito de Irati, ao Promotor Público, que façam justiça nesse caso, porque nós precisamos dar o exemplo! Não é possível que alguém com conhecimento técnico possa destruir uma mata nativa de preservação ambiental para pretender plantar soja!

É de extrema gravidade e de fundamental importância que o CREA do Paraná possa remeter a esta Casa quais e de que forma será enquadrado o engenheiro agrônomo Elói Mansur, porque em verdade ele cometeu um crime bastante grande destruindo 44 hectares de terra de preservação permanente, como já disse, pinheiros centenários, madeiras de várias espécies, atingindo sobre maneira a fauna e agredindo o meio ambiente, certamente condenando a geração do presente com o ar puro que respira, mas, sobretudo, condenando as gerações futuras.

É bom lembrar que, segundo relatório do IAP, as próprias nascentes dos rios foram prejudicadas, enfim, um desastre, um crime ecológico de grande monta que nós esperamos que a Justiça do Paraná, sobretudo a Justiça de Irati, dê exemplo punindo exemplarmente esse cidadão que cometeu tamanho crime.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passamos ao segundo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT):

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para trazer a preocupação da região Norte do Estado do Paraná em relação à segurança pública, que infelizmente vem deixando a desejar. Nós tivemos nesse final de semana, o assassinato de um adolescente que estava no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente infrator - CIAD, na cidade de Londrina.

Esse garoto, Diego, de apenas 15 anos, foi morto por asfixia por outros dois meninos infratores de 14 e 17 anos. Por um erro que até agora não se sabe exatamente de quem seja, esse garoto estava junto com outros de alta periculosidade na mesma localidade dentro do CIAD. O menino Diego foi morto por um cobertor que lhe asfixiou até a morte, e este não é um fato isolado, ainda no quesito de segurança pública, na cidade de Londrina.

Em mais de 10 anos de CIAD essa é a primeira vez que ocorre uma morte dentro de um local que foi destinado para cuidar dos adolescentes infratores. E nós tivemos na semana passada outro adolescente apreendido, com 12 anos de idade, que admitiu ter tirado a vida de uma mulher grávida. Na cidade vizinha de Cambé, uma onda de assassinatos de crianças com menos de 18 anos está assustando a população. Na outra vizinha cidade de Ibiporã o número é superior proporcionalmente a todos aqueles assassinatos que aconteceram em toda história da cidade de Ibiporã, até então pacata, mas que no último ano e no começo deste ano tem aumentado a sua criminalidade, lamentavelmente. Isso, sem contar que nós estamos numa situação difícilíssima em relação ao número de homicídios que estão acontecendo na cidade de Londrina. Já estão chegando em número de 30, ou seja, em menos de 60 dias, dia sim, dia não, uma pessoa tomba vítima de assassinato na cidade de Londrina.

E o que se faz, pergunto da tribuna, nesta tarde de hoje? Não adianta mais criticar ou pedir providências ao Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Dellazari, que com chacota trata os Deputados que sobem à tribuna para cobrarem aquilo que é de sua responsabilidade.

O que se faz, Srs. Deputados, para estancar esta onda crescente de violência? Nada! Absolutamente nada! O 2º Distrito Policial, que tem capacidade para abrigar 74 detentos, está hoje com 209 amontoados, sem oportunidade do banho de sol, sem condições de dignidade, dentro de um local que na verdade seria apenas de passagem para uma casa de custódia, um presídio ou uma penitenciária.

Aliás as promessas da construção do presídio ficaram tão somente nas promessas. O local que seria destinado a abrigar os adolescentes infratores, o chamado "educandário", foi totalmente desvirtuada sua função, porque houve uma rebelião, depredação, e até agora os

menores delinquentes não estão sendo tratados como deveriam.

Gostaria de utilizar o período destinado à Liderança do meu Partido, o PDT, e também concedo aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

De fato, a obra foi não só mal feita, inclusive, pelo Governo anterior; acompanhei os procedimentos. À época, a obra estava orçada em um milhão e seiscentos mil e fizeram por um milhão e duzentos, como se o preço fosse a única questão a ser levada em conta. As paredes e a própria distribuição dos cômodos eram inadequados para um trabalho com adolescentes infratores. Precisaria de uma questão pedagógica, de uma quadra adequada. Mas, agora, o atual governo, até informando, fez um contrato emergencial em torno de 450 mil reais, com uma empresa do ex-Deputado Moysés Leônidas, junto com Rubens Calizaris, que é o atual diretor da Câmara, e eu acho que agora - desde que o DECON fiscalize - já que esta é uma construtora que prestou muitos serviços à época do Governo Jaime Lerner. E o Governo Requião, demonstrando que não tem discriminação, contratou de forma emergencial a empresa chamada "Porte", e que agora vai corrigir, para que os adolescentes sejam bem tratados.

Então, de fato, mais uma esperança para que eles tenham mais atendimento e a construtora que vai fazer os reparos precisa ser fiscalizada, mas é uma construtora que já tem um histórico, da época do Governo Lerner.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado pelo aparte, Deputado André Vargas.

Gostaria de dizer que estou protocolando à Mesa Executiva um expediente a ser enviado ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, no sentido de que faça as apurações devidas, a fim de que seja determinada a causa da morte desse jovem de apenas 15 anos, sufocado por um cobertor, um crime praticado dentro do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator. De quem é a culpa? Se esse menino estivesse nas ruas, representando um perigo à sociedade ou ele mesmo sendo vítima dessa mesma sociedade, que deveria guardar-lhe e preservar sua segurança, mas ele, dentro de um local destinado à sua segurança, à sua integridade, acaba sendo assassinado!

Portanto, estou encaminhando um requerimento ao Governo do Estado para que envie à Secretaria do Trabalho, do Emprego e da promoção Social, a fim de que seja apurada a responsabilidade em relação à morte desse menino de apenas 15 anos.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Agradeço o aparte, companheiro.

Gostaria de me somar à sua preocupação em relação à questão da segurança. Tanto quanto V. Exa., nós temos conversado sistematicamente com a cúpula da

segurança do Estado, em relação não só a Londrina, mas ao nosso Estado como um todo, porque a questão da violência é uma proporção gigantesca no Estado como um todo, mas como nós somos o norte do Paraná, acaba que nós conhecemos melhor a realidade da nossa região.

Em relação à questão do educandário, quando estivemos lá antes da rebelião, trouxemos essa preocupação ao Secretário Padre Roque, falamos-lhe da nossa visão, das dificuldades estruturais daquele educandário, e logo em seguida aconteceu que havia mais cinco projetos idênticos àqueles para serem construídos em outras cidades do Estado, e que, se fosse aquela mesma concepção, certamente haveríamos de ter problemas, considerando a fragilidade, e na minha avaliação, a concepção equivocada do prédio para atendimento de adolescente em situação de risco.

Portanto, os projetos foram alterados, conforme já mencionou o Deputado André Vargas, e dando demonstração de que realmente nós temos que estar atentos, levar as questões e fazermos a nossa parte, cobrarmos para que o Governo do Estado tome as providências cabíveis, para que garanta a qualidade de atenção, não só nesse caso, mas atenção à população do Estado do Paraná como um todo.

Então, essa questão, pelo menos, essa, já será resolvida, mas não estará evitando que incidentes aconteçam como V. Exa. já expôs, e todos nós lamentamos profundamente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte da nobre Deputada Elza Correia. E já para finalizar, Sr. Presidente, agradeço a condescendência no tempo que se expirou, e mais uma vez friso aqui essa nossa preocupação em relação à questão da segurança pública, à questão do adolescente infrator, mas principalmente em relação a uma região que necessita de atendimento por parte do Governo do Estado. Há um compromisso do Secretário da Segurança Pública de fazer uma extensão da Secretaria na cidade de Londrina, atendendo ao norte do Paraná, o que infelizmente não vem ocorrendo.

E, dentro do respeito que merece esse Governo, estamos utilizando esta tribuna para fazer aquilo que é da nossa obrigação, ou seja, trazer à tona aqueles assuntos que estão preocupando a nossa população, não só de Londrina, de Cambé, Ibiporã, bem como de Rolândia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar também o Senador Osmar Dias que se encontra neste recinto.

Senhor Presidente, é claro que estávamos ouvindo atentamente aqui ao pronunciamento do Deputado Barbosa. E quero dizer a ele que somos solidários nessa luta, para que realmente possamos ter mais segurança no nosso Estado do Paraná. Cobramos isso já há um bom tempo. Eu acredito que se já tivesse existido essa preocupação que hoje a gente sente por parte do Governador Roberto Requião, também pelo Governador que o antecedeu, tenho certeza, Deputada Elza, no mínimo estaria um pouco mais amenizados os crimes, tanta brutalidade, tanta violência que ainda ocorre no Estado do Paraná.

Queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na semana passada tivemos uma reunião importante na Secretaria da Saúde. Na verdade foi no Palácio Iguazu, com o Secretário Cláudio Xavier, com o Prefeito de Francisco Beltrão, com técnicos da Secretaria de Obras e também da Secretaria da Saúde onde foi debatido um assunto importante para a região Sudoeste do Paraná, que é a implantação de um hospital regional.

Tenho certeza que os nobres colegas Deputados que estão aqui há mais tempo, devem lembrar que desde que assumimos esta Casa, ainda no ano de 2001, estamos sempre debatendo, falando da necessidade que tem a região Sudoeste do Paraná de ter um hospital regional. É uma das únicas regiões do nosso Estado que não tem ainda o seu hospital público.

Essa região depende muito da nossa Capital. Para que as pessoas tenham um tratamento mais especializado precisam se deslocar para a nossa Capital.

Semana passada o Governador Roberto Requião falou nesta tribuna no dia 15, e após isso, no dia 16, tivemos uma reunião de encaminhamento sobre o hospital regional.

Ganha muito a nossa região. Estamos trabalhando desde 1995, o Movimento Sindical, Organização de Mulheres e muitas outras organizações porque a Região Sudoeste tem a importância de ter o hospital regional.

Em 1996, quando comemoramos os dez anos da Organização de Mulheres, tivemos um evento que contou com a participação de mais de 10 mil pessoas. Nesse evento estava a Vice-Governadora Emília Belinati. E ela recebeu milhares de assinaturas reivindicando o hospital regional para o Sudoeste. Ela recebeu esse documento e assumiu o compromisso de que estaria trazendo ao Governador Jaime Lerner e batalharia para que o hospital regional fosse implantado; não o foi.

Em 2001 fizemos uma lei, claro que autorizatória, pedindo a implantação do hospital para Francisco Beltrão, pois, vai completar os 42 Municípios da Região Sudoeste; a lei ficou no papel!

Hoje ficamos felizes com uma grande notícia, que o Governador Roberto Requião decidiu implantar o hospital regional. Sentimos que é uma conquista de toda a Região Sudoeste.

É uma conquista colocada pelo Governador Roberto Requião por entender que a Região Sudoeste não tem hospital público e é merecedor.

Fico muito feliz por usar a tribuna neste dia, porque a Região Sudoeste está muito agradecida por esta decisão. Fico feliz porque sempre fui uma das batalhadoras.

Tenho certeza que não medi esforços para que o hospital saísse. Muitas vezes me senti até um pouco sozinha batalhando por este hospital regional. Muitos até não acreditavam.

Sinto-me hoje bastante contemplada e tenho certeza que a região Sudoeste saberá recompensar o Governador Roberto Requião!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quarto orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O PSDB do Paraná no dia de hoje viveu um momento histórico como Partido.

Hoje pela manhã, no Hotel Mabu, tivemos a felicidade de trazer para os quadros do PSDB uma das figuras mais ilustres do mundo político do nosso Estado um homem, além de ser respeitado e gozar do carinho dos paranaenses, principalmente da cidade de Curitiba, é uma das referências nacionais lá no Congresso Nacional.

Qualquer partido gostaria de ter nos quadros o nome, da grandeza, da envergadura do deputado Federal Fruet, que hoje pela manhã filiou-se ao PSDB do Paraná, enobrecendo o Partido e dando, com certeza, uma condição privilegiada de ter nos seus quadros um dos nomes mais respeitados do mundo político deste Estado.

Ganha o PSDB com a entrada de Gustavo Fruet, com certeza, em muito. É um Deputado que goza de um respeito extraordinário em Brasília, como homem público decente e honrado. Gustavo Fruet traz para o PSDB a inteligência que lhe é peculiar na discussão da coisa pública, na vida partidária. Um Deputado que cresceu na base, que traz consigo a militância, coisa tão importante e fundamental para a vida de um Partido público e que, lamentavelmente, hoje a grande maioria dos Partidos acabam esquecendo daquilo que é a essência da base partidária, que é a sua militância.

Presenciei, hoje, pela manhã, o Gustavo trazendo para o ato da filiação, suas lideranças de Curitiba, lideranças sindicais e de bairros, enfim, a militância tão importante para sobrevivência política do PSDB neste Estado. Caminhamos, com certeza, com a filiação do Gustavo para aquilo que todos nós sonhamos e almejamos como Partido político, que é buscar no ano de 2006 a retomada do Governo do Paraná com uma das figuras que

possa representar e sintetizar a vontade e o sentimento de mudança deste Estado.

O PSDB, através das suas lideranças partidárias, que hoje dentro do quadro tem, sem sombra de dúvida, aquilo que de melhor possa existir em termos de qualidade política neste Estado, quer buscar e construir esse caminho numa aliança muito grande que possa, em conjunto com outras forças políticas, sintetizar esse sentimento de mudança tão esperado e almejado pelos paranaenses.

Por isso, como Líder do PSDB nesta Casa, comunico oficialmente a entrada de Gustavo Fruet e do Vereador Celso Torquato, do PMDB, ao Partido da Social Democracia Brasileira.

Dizia pela manhã que o PSDB do Paraná é grato àqueles que barraram, que impediram o Gustavo Fruet em sua caminhada tão desejada e sonhada dentro do partido que estava até poucos meses atrás. O PSDB do Paraná é grato por permitir que o Gustavo esteja nos nossos quadros e com a eleição do Beto Richa, a vida do Gustavo e das lideranças que o PSDB tem no bojo do seu Partido, com certeza, vão caminhar no sentido de construir uma caminhada sólida e segura rumo à sucessão governamental em 2006.

Dentro desse espírito de filiação do Gustavo, do Vereador Celso e de outros que virão ao nosso PSDB (que hoje já ficou evidenciado na filiação do Deputado Federal Gustavo Fruet), é importante deixarmos claro aos paranaenses de quanto é oportuno a mudança política, de quanto é salutar nós oxigenarmos a política paranaense com a renovação de nomes nos quadros de comando do Governo do Paraná, das Prefeituras Municipais e da Capital.

O atual Prefeito Beto Richa, eleito pela maioria dos curitibanos, no curso da sua campanha eleitoral, assumia como compromisso político algumas propostas em benefício da população de Curitiba e já de imediato, tão logo quando assumiu o posto de Prefeito Municipal, de pronto tomou algumas medidas que vem ao encontro daquilo que a população curitiba tanto sonhava e almejava como uma das suas propostas de campanha política. Prometia o atual Prefeito, a redução da tarifa de ônibus na Capital do Estado. De imediato tomou uma medida reduzindo a tarifa para apenas R\$ 1,00, aos domingos, do transporte coletivo da capital paranaense. Isso significa um aumento de 20% da população que utiliza o sistema de ônibus na Capital do Estado nos finais de semana. É a aproximação que o Prefeito social Beto Richa permite às camadas de baixa renda da sua cidade, de estarem no centro da cidade participando de eventos, podendo estar presentes no comércio da Capital, através dessa medida social da redução da tarifa.

Sei que o compromisso do Prefeito Beto, é ainda muito maior e mais amplo que fazer com que a tarifa de ônibus aqui na Capital possa realmente ter a sua redução drástica, não apenas nos finais de semana, mas também nos dias úteis, beneficiando o nosso trabalhador, o nosso

operariado da Capital paranaense. Mas, para isso, há a necessidade de termos algumas medidas mais amplas no sentido de buscar alternativas para conseguir consolidar esse que é o seu desejo e uma das suas propostas de campanha aqui na Capital do Estado. Mais pela vontade política do Prefeito Beto Richa, que sintetiza o sentimento de mudança dos curitibanos.

Não tenham a menor dúvida, Srs. Deputados, de que vai alcançar êxito essa sua iniciativa de buscar as possibilidades e as alternativas da redução de tarifa para os curitibanos nos dias normais aqui na Capital do Estado.

Dizia ainda o então candidato Beto Richa, de que haveria de tomar medidas também no sentido da redução de radares com o objetivo de dar ao motorista da Capital paranaense, uma condição privilegiada que não fosse flagrado, com a surpresa desses radares que na verdade funcionam como verdadeiras arapucas aos motoristas da Capital paranaense.

De imediato o Beto, encarnando o sentimento da nossa gente, tomou também medidas já reduzindo aqui na Capital seis postos de radares, e na sequência, com certeza deverá enfocar isso com muita clareza, cumprindo exatamente os seus compromissos de campanha.

Por isso, logra êxito com certeza o PSDB deste Estado, em ter no corpo do seu Partido uma liderança como o Beto, como Prefeito que prega em campanha eleitoral e cumpre já de imediato, em seu primeiro momento como Prefeito, os compromissos firmados quando candidato desta cidade.

Um aparte, Deputado Neivo Beraldin

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Ademar Traiano, quero me associar nessas suas palavras cumprimentando o novo Chefe do Executivo de Curitiba, Beto Richa, porque efetivamente ele está fazendo o que prometeu na campanha. Ele disse que ia sinalizar as arapucas. Está demonstrando determinação no sentido de diminuir o custo da passagem de ônibus. Está enfrentando uma estrutura já enraizada no Estado, da máquina da estrutura do poder político e econômico que possuem os transportadores de massa de Curitiba e região metropolitana.

Mas, lembro a V. Exa., e para alongar um pouco mais, está acontecendo exatamente o contrário no Estado. Se observarmos que de Cascavel a Curitiba uma passagem de ônibus leito custa R\$ 120,00 e uma passagem de avião Curitiba-Foz do Iguaçu custa 109,00 e que mais ainda, mais de 90% das empresas que têm a concessão do Estado para operar essas linhas, estão com os contratos vencidos, e ainda considerando que para ir ao litoral temos a Empresa Graciosa, para ir aos Campos Gerais, a Princesa dos Campos, para ir ao norte, a Garcia, basicamente está estabelecido o monopólio. Simplesmente o Estado, o cidadão ganharia, se fizesse uma das empresas concorrer com a outra. Não precisaria retirar do Estado nem a Garcia, nem a Princesa dos Campos e nem a Gra-

ciosa. Simplesmente estabelecer a concorrência para ganhar em qualidade de serviço e preço.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. contribui com o nosso pronunciamento. Tenho aqui na minha lembrança, registrados na minha memória, inúmeros pronunciamentos de V. Exa., com relação a esta situação do monopólio das empresas de ônibus no Estado do Paraná. Quero crer que essa deva ser e deveria ter uma ação energética, por parte do governo estadual, em relação a essa política. Agradeço V. Exa. pela manifestação.

Para concluir, quero dizer que o PSDB do Estado se orgulha de ter nos seus quadros um Prefeito do quilate, da envergadura, da responsabilidade, do sentimento de mudança e acima de tudo, da certeza de termos na Prefeitura um jovem de futuro, um dos jovens que têm uma carreira promissora neste Estado e que, com certeza, sintetiza o sentimento de mudança da classe política do Estado.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar aqui para cumprimentar o Deputado Traiano, pelo belíssimo discurso que fez. E, particularmente, sobre a condução da Prefeitura de Curitiba, estou de acordo com o senhor. Realmente o Beto Richa vem fazendo um grande governo - eu tenho acompanhado -, cumprido com aquilo que prometeu ao povo de Curitiba, nos primeiros dias do seu governo.

Da mesma forma, sobre a filiação do Gustavo Fruet, que sem dúvida nenhuma é um dos mais brilhantes políticos do Estado do Paraná. Tenho um carinho especial pelo Gustavo, porque ele tem se comportado na sua vida pública, como um exemplo de político que merece todos os elogios possíveis, porque sem dúvida nenhuma é um Parlamentar federal que tem feito o Paraná se destacar. Quero cumprimentá-lo por esse discurso.

O Deputado Neivo Beraldin falou aqui sobre o transporte, sobre a passagem de Ponta Grossa até Curitiba. Realmente é uma verdadeira roubalheira. O que se cobra do ônibus de Ponta Grossa a Curitiba é muito caro. Nos próximos dias vou fazer um levantamento aqui - estou em busca de alguns documentos -, para provar ao povo do Paraná que é um absurdo o que está se cobrando do povo, nesse trecho entre Ponta Grossa - Curitiba.

Dizer à Deputada Rafagnin, que comemora aqui a conquista de um hospital regional no Sudoeste do Paraná,

que nós também estamos felizes na Região dos Campos Gerais, porque é uma das poucas regiões que não tem hospital regional. O Governador Requião anunciou que já está fazendo projeto, para a implantação de um hospital regional nos Campos Gerais. Sem dúvida, é uma grande conquista, porque é uma das poucas regiões que não dispunha de um hospital regional. Essa é uma conquista muito importante.

O Deputado Barbosa Neto falou a respeito da segurança e concordo plenamente. A segurança pública é uma das piores da história do Paraná. Há pouco respondi a uma pergunta sobre segurança, ao Paraná Pesquisas: Deputado, qual é o pior Secretário do Requião? Eu disse na "bucha": o pior Secretário é o Sr. Delazari Roberto Carlos, que tem feito muito pouco pela segurança pública do Paraná. O Governador deveria aproveitar para mudar. Está na hora de mudar. É preciso alguém que seja operacional.

Queria também aproveitar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para cumprimentar aqui o nosso Secretário de Indústria e Comércio, Mussi, que coloca aqui na Assembléia, a partir da nossa volta depois do recesso parlamentar, a sua televisão, o Canal 21. Uma televisão de muita credibilidade aqui em Curitiba e que a partir desta semana está transmitindo os trabalhos da Assembléia. Acho que isso deixa o parlamento cada vez mais transparente! Parabéns ao Mussi, parabéns à sua equipe, aos seus diretores e funcionários que estão transmitindo aqui de maneira não oficial, não contratados pela Assembléia, mas prestando um trabalho de respeito e, ao mesmo tempo, de transparência deste Parlamento. Por isso, meus cumprimentos ao Secretário Mussi por colocar aqui o seu canal de televisão.

Finalizando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria, hoje, de lembrar os sessenta anos da tomada de Monte Castelo. Hoje os pracinhas, os expedicionários da Força Expedicionária Brasileira comemoram e lembram-se daqueles sessenta anos que se passaram da tomada de Monte Castelo. E ontem passei o dia inteiro com um expedicionário, ele me contando todos os detalhes da Guerra e inclusive fiz uma matéria muito grande para a televisão, mostrando alguns fatos que nunca na história deste País se mostrou. Então, quero cumprimentar aqui todos os ex-pracinhas da FEB, que o povo brasileiro esquece, que ficaram quarenta anos marginalizados, esquecidos pelo Governo e que agora, sim, foram reconhecidos.

Fica aqui a homenagem deste Parlamento, a homenagem de todos nós a esses valerosos homens da Força Expedicionária Brasileira que muitos, hoje, estão adoentados, muitos partiram depois da guerra, muitos ficaram em solo italiano, mas a grande maioria que aqui está lutou com honra, lutou com determinação e fez aquilo que precisava ser feito.

Então quero prestar, mais uma vez, em nome de todos nós, a homenagem a esses heróis, a esses homens que de forma magnífica, de forma espetacular fizeram,

participaram daquilo que não queriam participar, mas que defenderam os interesses de nosso País. Por isso, a todos os membros da FEB que estão nos ouvindo, nos assistindo e nos acompanhando, a homenagem deste Parlamento e do povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma satisfação estar mais uma vez ocupando a tribuna desta Casa de Leis agora no início dos trabalhos do ano de 2005, esse ano que, sem dúvida alguma, será de grande importância no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Muito se falou aqui neste dia sobre a questão da segurança pública e eu não poderia me esquivar de fazer alguns comentários.

No ano passado fui um dos grandes críticos da Secretaria da Segurança, no que diz respeito às suas ações diretas e indiretas, na melhoria da segurança pública no nosso Estado do Paraná, e nesses três meses de férias, nesse período de temporada de verão, tivemos uma participação efetiva da Secretaria da Segurança Pública no nosso Litoral, segurança essa que foi elogiada por todos os veículos de comunicação e por todos aqueles que estiveram nas praias do litoral paranaense. É a segurança através da Polícia Civil, através da Polícia Militar, através do Corpo de Bombeiros, fazendo um serviço espetacular no atendimento aos veranistas.

Agora, posso afirmar objetivamente que muito desse mérito está sobre aqueles que estavam comandando a operação. Um dia na praia vi o Comandante do Batalhão de Bombeiros apitando e preocupado com algumas pessoas que estavam indo longe demais, no mar. Esse, sem dúvida alguma, era um comandante operacional, como pediu o nobre Deputado Jocelito Canto. Espero que o mesmo sucesso que obtivemos no nosso litoral nessa temporada, que todos aqui reconheceram, sem dúvida alguma, aqueles que puderam lá estar, seja também estendido ao Estado do Paraná como um todo.

Nós sabemos que a segurança é um dos quesitos destacados na maioria das pesquisas de opinião pública dos paranaenses e que é preciso termos uma política objetiva na segurança pública, é preciso sairmos de trás das mesas, das cadeiras em que sentamos, e viver um pouco da realidade do nosso interior. Aconteceu isto no nosso litoral e eu tenho certeza que poderá acontecer também no restante do Estado do Paraná. Nós precisamos, e a voz do povo é a voz de Deus, diz o ditado popu-

lar, a voz dos Deputados representa o anseio da maioria do povo do Paraná e eu tenho certeza que deve ser levado em consideração quando se pede por um, por dois, por três, por cinco, por dez Deputados, uma política objetiva na área de segurança pública.

Eu não poderia também deixar de falar no que diz respeito à questão do transporte. Falou-se aqui do transporte público de Curitiba, na redução da tarifa, que sem dúvida alguma é uma ação positiva desenvolvida pelo Prefeito eleito Beto Richa. Comentou-se aqui a tarifa do trecho Curitiba-Ponta Grossa pelo nobre Deputado Jocelito Canto, e eu quero falar sobre o transporte escolar na cidade de Guarapuava.

No último domingo, no último final de semana, saiu uma reportagem no jornal Gazeta do Povo, falando que Guarapuava estava sem o transporte escolar. Isto é uma verdade. Infelizmente os alunos da nossa cidade de Guarapuava ainda não podem ir para as escolas por falta do transporte escolar. Eu não quero aqui entrar em polêmica, em discussão com relação à política que está sendo desenvolvida especialmente lá em Guarapuava, mas eu quero pedir o apoio dos nobres Deputados que têm um relacionamento de proximidade com o Prefeito eleito Fernando Ribas Carli, para que conversem com o nobre Prefeito; a perspectiva era que esta semana o serviço estivesse regularizado e a nossa expectativa é que possamos estar somando forças, tanto o Estado, quanto o Município. O Estado, no repasse dos recursos devidos, e o município, também fazendo o apoio tradicional como é costume nos 399 Municípios do Estado do Paraná.

Não obstante, nós temos uma série de recursos liberados por parte do Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e nós esperamos que estas mesmas obras possam ter continuidade nas suas realizações para que a população não venha a sofrer com essas ações. Quatro creches com suas obras iniciadas foram paralisadas, revitalização da XV de Novembro, urbanização de XV de Novembro, Parque Temático das Cavalhadas, mais de cinco milhões de reais liberados e todas as obras paralisadas.

Peço aos nobres Deputados que têm esta relação de proximidade, possam somar conosco no sentido de que, muito embora na maioria do tempo em linhas divergentes, nós possamos estar tendo uma posição harmoniosa com o ex-Deputado e nobre Prefeito eleito, Fernando Ribas Carli, para que possamos somar, ele agora como Prefeito Municipal e nós como Deputados, imbuídos no mesmo objetivo que é o desenvolvimento da cidade que representamos e gostamos.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra no Grande Expediente, o Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Imaginem um combustível cujo litro custe 70 centavos de reais. Imaginem um combustível que não vem do Oriente Médio, que não causa guerras, que é acessível aqui no interior do Paraná. Este combustível existe. Ele ainda não saiu no programa do Ratinho, ele ainda não foi anunciado pela Rede Globo, ele não mereceu uma linha da Gazeta do Povo nem dos jornais nacionais. Esse combustível chama-se biodiesel doce. É um programa de produção de combustível a partir do bagaço e a palha da cana-de-açúcar que está para ser desenvolvido pela Audi Energia Ltda, sediada na humilde cidade de São Carlos do Ivaí na região de Maringá, no Estado do Paraná.

Uma empresa genuinamente nacional de tecnologias totalmente brasileiras criadas e desenvolvidas ao longo de 14 anos de pesquisas pelos seus proprietários: um jovem, chamado Ricardo Audi Filho de apenas 24 anos e seu pai Ricardo Audi e não menos de 47 anos. Fazer combustível de bagaço e palha de açúcar significa aproveitar, integralmente a energia do setor sucro-alcooleiro. Hoje 75% do potencial das usinas de açúcar e cana é desperdiçado, para fazer açúcar e álcool o Brasil só usa 25%. A fábrica de bicarbonato de sódio da Audi, junto ao Vale do Ivaí, a partir de resíduos da fermentação alcoólica da copicana, gás carbônico antes despejado para poluição da atmosfera, hoje, já no Governo Requião, gera o único bicarbonato verde do mundo, além de 90 empregos paranaenses, junto ao Vale do Rio Ivaí, com a perspectiva de chegarmos a 270 empregos em dois anos.

Substituir gás carbônico de fonte fóssil, o gás carbônico que seria descartado na atmosfera já dá grande visibilidade nacional e internacional ao Paraná. Será junto a essa fábrica de bicarbonato verde que se pretende instalar a pioneira fábrica de biodiesel doca, a primeira do Brasil e do mundo. Para isso é preciso gaseificar o bagaço e a palha de cana-de-açúcar em escala industrial para gerar um gás de síntese que passará por uma transformação química e virará o singular biodiesel doce.

Ao considerarmos que seis quilos de bagaço e palha de cana, geram um quilo de diesel doce ou 1,25 litro de combustível, o Norte e o Noroeste do valoroso Estado do Paraná com suas 31 usinas, no momento dobrando o seu potencial sucro-alcooleiro, poder gerar, através da produção de bagaço e palha de cana-de-açúcar - hoje o bagaço e a palha da cana são queimados ou depositados sobre a terra para fertilizar o solo do arenito Caiuá - podem gerar o expressivo volume: estou falando de dois bilhões e duzentos milhões de litros de biodiesel por ano! Mais 400 empregos por usina numa cadeia produtiva regional de 12.400 novos empregos; mais ou menos umas oito Renaults.

Mais créditos de carbono que nos termos do Protocolo de Kioto daria cinco milhões e quinhentas mil tone-

ladas de créditos de carbono, só no Paraná, sem falar no alívio das importações de óleo diesel fóssil e poluidor, pois as usinas do Paraná passarão a ser auto-suficientes. O litro do biodiesel doce custará menos que os biodieseis comestíveis. A sonhada usina do Deputado Stica em São Mateus do Sul, um biodiesel a partir de nabo forrageiro e girassol. Não sou contrário, mas os biodieseis de comestíveis tiram comida da mesa do povo. Biodiesel de bagaço de cana não mexe na comida, é uma coisa feita de lixo. Estimamos um custo final de 25 dólares por litro ou R\$0,70 de reais por litro.

Acho que o PSDB tem que ficar com a orelha em pé, porque isso qualifica esse biodiesel para que o Beto Richa cumpra a sua promessa de baixar os ônibus de Curitiba. E não só ele, mas o Serra e todos os Prefeitos que andaram prometendo baixar a passagem de ônibus urbano, porque vai aí um combustível ambientalmente correto sem geração de nenhuma poluição quando da sua queima, pois não liberará nem óxidos de nitrogênio, nem dióxido de enxofre, nem partículas de carbono ou de fuligem. Esse biodiesel de 25 centavos de dólar o litro ou 70 centavos de reais o litro, para desenvolver o projeto de gaseificação em escala comercial em um ano e meio a empresa está propondo à COPEL uma joint venture no valor de 16 milhões de reais ou aproximadamente 6 milhões de dólares.

Se eu fosse Prefeito de Curitiba, faria eu a joint venture! Trata-se de um excelente negócio para a companhia de energia elétrica e para os seus acionistas privados, pois o mercado de combustíveis renovados e ambientalmente corretos é um mercado de futuros.

Como sabem, a Europa é obrigada, pelo Parlamento europeu, até 2010, a consumir 20% dos seus combustíveis renováveis pela sua nova legislação ambiental. No mais, há o elevado progresso social dos cortadores de cana não pediram esmola na entressafra na porta das Prefeituras. Lembro-me quando inventei a supersopa com a Fani Lerner, porque o Prefeito de Santa Izabel do Ivaí veio dizer que os pobres ficavam entre janeiro e março à porta da Prefeitura, à mingua pedindo comida, porque a usina fechava. No mais, acabam os meses de entressafra onde existe desemprego e fome junto as usinas fechadas nos meses de verão quando as Prefeituras do Vale do Ivaí são obrigadas a distribuir supersopa e cestas básicas. No mais haverá empregos o ano inteiro e agregar-se-á valor a um produto que hoje é lixo ou mero adubo orgânico.

Governador Requião, o que não se faz não existe. Faça o futuro e o exemplo não tardará a ser transferido para todo o nosso Brasil. Fome Zero é isso. Governador Requião, o que não se faz não existe, faça o futuro, o exemplo não tardará a ser transferido para esse Brasil que pouco faz. O Paraná que faça, porque o Paraná faz e Brasília tira. O exemplo não tardará a ser transferido para esse Brasil de 418 usinas de açúcar e álcool, gerando muitos bilhões de diesel doce, criando um novo horizonte energético capaz de aliar o nome do Paraná e do governo Requião, a idéia de uma BIOBRAS. BIOBRAS, já! BIO-

BRAS, já! Sucessora das lendárias lutas de Monteiro Lobato e de Getúlio Vargas quando da criação da PETROBRAS, na esperança da criação da BIOBRAS, dos pobres do Brasil fazendo gasolina de bagaço e de palha de cana e da tecnologia do Brasil. No pensamento do Brasil, um pedido ao Governador: “transforme um pedaço da COPEL numa BIOBRAS”!

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Solicito também um aparte.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pois não!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Greca, V. Exa. sabe do respeito que tenho pelo brilho do homem público que existe na pessoa Rafael Greca. É uma pena e lamento, da minha visão, de que este brilho esteja sendo obstruído pelo governo Requião. Esta é a minha opinião e deixe que eu expresse a minha opinião, mas quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, quando vejo a volta do Deputado Rafael Greca com as suas idéias. Este brilhante homem público foi um dos melhores Prefeitos que Curitiba teve, sempre tive esse reconhecimento. Tenho discordado de V. Exa., sim, Deputado Rafael Greca, mas rendo-me à sua inteligência, à sua intelectualidade e à sua capacidade de ver e fico feliz quando vejo V. Exa. falar da tribuna e chamar o Governador e dizer: “o que não se faz, não existe”! No dia de amanhã, estarei usando o Grande Expediente que V. Exa. usa hoje - eu iria ocupar hoje, mas Deus não protege quem dorme - em cima do que o Governador falou da tribuna desta Assembléia.

Precisamos, mais do que nunca, nós, os Deputados desta Casa, fazer com que a nossa voz seja ouvida. Também queremos colaborar, mas, infelizmente, a voz rouca da Assembléia Legislativa não consegue chegar ao Palácio Iguazu, as nossas idéias não conseguem chegar ao Palácio Iguazu e por isso amanhã vou provar a V. Exas. que o que não se faz, não existe.

Cumprimento a bela idéia e o seu pronunciamento e tenho certeza que esta nova liderança que surge no Paraná, o Prefeito Beto Richa terá oportunidade de discutir esta questão com V. Exa.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Rossoni, o discurso do Governador Requião, na abertura do ano legislativo, não se aplica ao pensamento do Padre Antonio Vieira, que acabei de elucidar, que o Governador trouxe fortes realizações tanto no campo moral como no campo social, como no campo do avanço social, do avanço da segurança pública. O que estou pedindo a ele é que faça um avanço energético, numa novidade energética, que é a gasolina de bagaço e palha de cana-de-açúcar. Estou usando uma expressão de

retórica para pedir a ele que faça o que ainda não existe. Não queira V. Exa. me intrigar com o Governador.

Também estou a dizer que o que o Paraná faz, Brasília tira. O Paraná precisa se afirmar, no meu ponto de vista, nesta questão energética.

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Rafael Greca, é desnecessário falar do brilhantismo que V. Exa. possui quando discute matérias importantes na tribuna desta Assembléia, mas quero somar-me ao pronunciamento de V. Exa.

Fiquei feliz quando soube que V. Exa. tinha encaminhado uma carta ao Governador Requião colocando essa proposta, que é uma proposta discutida pela EMBRAPA, pela Federação dos Agrônomos, pelos físicos do nosso Brasil, uma proposta de vanguarda, do futuro, já que o combustível fóssil tem dias contados.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

E aquece o mundo.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Exatamente. Do ponto de vista ambiental é extremamente prejudicial. Teremos ainda uma grande vantagem, porque faz o ciclo da agricultura com o ciclo da indústria de um combustível baseado num princípio ecologicamente equilibrado e, com certeza absoluta, seria um dos projetos de maior relevância da história recente contemporânea do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Dezesseis milhões de reais pode ser o custo de uma campanha publicitária, mas pode também ser o custo de uma idéia de futuro capaz de revolucionar o Brasil, de formar o Brasil uma das fronteiras energéticas do mundo.

Porque ontem um dos grandes sábios norte-americanos - não me recordo o seu nome - dava uma entrevista na Folha de São Paulo dizendo que o Protocolo de Quioto não valerá nada para o aquecimento global se não for feito o abandono dos combustíveis fósseis.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Rafael, li a matéria publicada por V. Exa. no jornal, e creio que essa é uma proposta fundamental. Já há muito tempo discutido, o CREA fez um seminário há pouco tempo atrás, onde colocava essa proposta claramente para o nosso Estado.

Parabenizo V. Exa. e acho que essa passa a não ser uma proposta apenas do Deputado Rafael Greca, que com brilhantismo soube trazer à tona essa discussão. Deve ser uma proposta do nosso promissor Paraná, e presente para o nosso Brasil numa área tão importante como essa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero agradecer o seu pronunciamento, o seu aparte. Vamos trazer os dois representantes da Audi aqui

e do setor alcooleiro. Vamos pedir à Assembléia um dia para um seminário sobre o biodiesel doce, que somado aos outros biodieseis pode ser uma nova fronteira energética e uma nova indústria para o Paraná. Mas pode e deve ser uma nova forma de investimento para a COPEL, no meu ponto de vista. Porque a COPEL não precisa só fazer energia hidrelétrica, não precisa só fazer energia termelétrica; ela pode e deve fazer energia de palha de cana-de-açúcar. Até porque isso emprega os pobres, do Noroeste, do Norte, os despossuídos, os sem pão, os sem leite, os da biosopa, os que nos meses do verão não têm o que fazer quando não cortam cana.

O Deputado Stica tem o aparte.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado, Deputado Rafael Greca. Quero também somar-me aos apartantes que me antecederam pelo seu pronunciamento.

O tema que V. Exa. traz demonstra em primeiro lugar a riqueza que é o nosso Brasil, um país tamanho continental e que cabem todas as alternativas possíveis, e o Brasil dá um passo gigante nesse sentido.

O Presidente Lula age com determinação em relação ao biodiesel. Vem já inaugurando inúmeras usinas no Nordeste, no Norte do Brasil, região mais pobre do nosso país.

Dia 22 teríamos uma reunião com o Governador Requião de um grupo que já está implantando biodiesel no Nordeste brasileiro. Só mudamos a data por conta de uma inauguração, agora, no Maranhão. Lá naquelas regiões do Nordeste e do Norte uma mamona, que embora seja um produto nobre, mas lá ela dá como se fosse o capim quicuí aqui do Sul do Brasil. Nós do Estado do Paraná, avançando.

O Governador Requião, com muita seriedade investe com a Lactec na questão do biodiesel. Estávamos fazendo um trabalho que estava sendo paralelo, trazendo a PETROBRAS para usar as suas instalações da Usina do Xisto em São Mateus do Sul, onde lá vai ter uma planta, daí sim, seguindo a orientação da região com o nabo forrageiro e com o girassol.

E claro V. Exa. tem razão o Noroeste do Estado do Paraná e o Norte em especial que são produtores da cana, lá o biodiesel doce como V. Exa. bem coloca aqui hoje, com certeza nessa região terá um grande avanço. Portanto, é a biodiversidade do próprio biodiesel que no nosso País dá condição. O Paraná vai, sem sombra nenhuma, ser um Estado que vai sair na frente nessa questão aqui na nossa região Sul e Sudeste, e somando aí os projetos de todo o Brasil.

Portanto, o Brasil e o Paraná estão, sim, no caminho certo em relação à energia alternativa, aliás diz muito bem o Prof. Batista Vidal “alternativa devia ser o petróleo”, porque a biomassa, que é a vocação de um País como o nosso, o Brasil, que é um país tropical, é que dá todas as condições de usar muito mais, porque pouco é usado ainda a biomassa.

Parabéns pelo seu pronunciamento e tenho certeza, vamos poder dar uma grande contribuição ao Brasil a partir do Paraná e o biodiesel doce com certeza fará parte da história dessa revolução.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Se o Governo Federal pegar essa idéia, são 31 usinas de açúcar no Paraná, 418 usinas de açúcar no resto do País. São 449 usinas no Brasil 400 empregos por usinas, são 59.600 novos empregos, feitos de gente despossuídas. Isso significa um petróleo que, ao invés de sheick's terá cortadores de cana. Significa uma nova cadeia produtiva. Isso significa um manancial novo numa idéia nova. Essa família Audi, eles são paulistas, mas vieram morar no Paraná porque o Governo Requião os acolheu financiando a fábrica de bicarbonato em São João do Ivaí. Eles merecem a atenção que o Brasil deu aos que sonharam a PETROBRAS. Mas eles, como todos os que têm idéias simples, são humildes. Não frequentam os grandes jornais. Eles, como todos os que têm idéias simples, não são recebidos com grande atenção, porque não têm a prepotência dos boçais, não têm os ares de grande senhoria, dos importantes, eles têm aquela visão do olhar de Dom Quixote, que sempre que apanhava, sempre que era humilhado, olhava para o Sancho Pança e quando perguntado pelo amigo - “para onde vamos, Dom Quixote”, dizia “para frente!”

O Deputado Neivo Beraldin que tem um projeto de lei arquivado por essa Casa dispondo que o óleo diesel comercializado em todo o território do Paraná conterà um percentual de até 15% de álcool etílico carburante quer o aparte.

Por que esta Casa arquiva projetos de um ano para outro quando acaba a legislatura? Será que não devia acabar essa prática tão barroca, tão antiga, tão portuguesa de arquivar as idéias? As idéias morrem porque um ano acaba! O calendário foi inventado por um papa chamado Gregório. Acho que até o Papa Gregório, agora em paraíso, já apoiaria essa idéia, porque quando os anos acabam, as idéias não morrem.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Rafael Greca folgo em saber que V. Exa. conhece tão bem esse assunto dos alcooleiros do Estado do Paraná que dão tantos empregos e que no passado nós conseguimos aqui reduzir o ICMS de 25% para 17%, com muita luta conseguimos que eles tivessem um terminal próprio para exportar o açúcar a granel, de Paranaguá, que exporta em torno de 1 bilhão e cem toneladas de açúcar, que exportavam via Santos, porque antes o Paraná não havia se acordado das trinta e poucas usinas que o Paraná tem e os milhares de empregos que esta gente gera.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Lembra quando os alcooleiros salvaram o transporte coletivo de Curitiba, numa ocasião em que faltou

combustível no País inteiro e eu coloquei o álcool nos ônibus de Curitiba, quando eu era prefeito?

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Lembro. Inclusive foi feito um teste com um ônibus...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sim, eu queria que todos os ônibus de Curitiba fossem à álcool, mas não consegui porque não havia os motores adequados, na época.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Lembro que V. Exa. fez um movimento nacional sobre esta questão.

Então, estava focado aqui na Assembléia Legislativa, em relação à importância das usinas de álcool que tem o Paraná. mas, se nós fôssemos do Primeiro Mundo, da Europa, Estados Unidos, e disséssemos que temos um clima absolutamente favorável para produção e colheita de cana, e poderíamos ter um combustível absolutamente viável, não poluente, produzido por nós, sem depender internacionalmente, eles nos chamariam de loucos se não tivéssemos usando esta prerrogativa.

E é exatamente isto o que estamos fazendo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu fui convidado, quando Prefeito de Curitiba, pelo terceiro homem dos Estados Unidos; era o Clinton, o Al Gore e o Senador Timothy Wirth, para, no mês de fevereiro de 1995, falar em todas as universidades americanas da costa leste, inclusive em Harvard, e na Tufts University de Massachusetts, sobre o álcool e sobre a luta para não pôr metanol nos ônibus de Curitiba, e sim o álcool, e fui lá e falei e estou indo, agora - fui convidado, hoje, para falar lá em Harvard e na Tufts University sobre isto e sobre o biodiesel doce - não entra na cabeça dos universitários, professores universitários norte-americanos porque o Brasil não usa ainda esse combustível não fóssil e não poluente, podendo fazê-lo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

E veja V. Exa. que nós, esta Assembléia Legislativa, organizamos um seminário, o Primeiro Seminário Público Nacional sobre esta questão e sobre o sequestro de carbono, e aqui estiveram os usineiros apresentando exatamente esta proposta. E V. Exa., hoje, dá eco. E certamente o eco que V. Exa. dá, ganhará um brilho, ganhará um caminho porque V. Exa. é do partido do Governador e certamente V. Exa. dará o encaminhamento.

Queira Deus que o Governo estenda a mão àqueles que produzem para que possam industrializar, verticalizar sua produção, gerando empregos, renda, e sobretudo impostos também, para que o Governo possa investir no social. Se a cana é produzida aqui, o bagaço vai fora e nós temos tudo comprovado tecnicamente, que podemos aproveitar toda esta parte, assim como é a seda, que eu

atuava, no passado, quando a CANEBRA e a ABRATAC com exclusividade exploravam nossos colonos, mandavam os casulos de primeira e segunda categorias para a Europa, Estados Unidos, e Japão, e a terceira categoria ia embora; aí veio meu irmão e disse: “não, com a terceira categoria nós faremos o tecido para decoração”. E o fio grosso está aí, hoje, um aproveitamento, que também é um outro campo para discutir.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero dar um testemunho de que nada é mais bonito do que o tecido tramado com o chamado casulo de seda de terceira categoria, seja da empresa casulo feliz, lá do bairro de Santa Felicidade, de Maringá, seja do Empório Beraldin. A cabeça subdesenvolvida brasileira jogava fora o chamado casulo de terceira. E é este tecido que se assemelha aos tecidos renascentistas, aos tecidos medievais, a estes que Margarita, aprecia, que os espíritos refinados vestem e que fazem com que as casas elegantes se lembrem do que há de mais elegante na Europa e no bom gosto mundial. O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não gosta do Brasil e o Brasil precisa do olhar estrangeiro para passar a se apreciar. Quem sabe se um Sheik vier nos matar, se a Rainha da Holanda, que é acionista da Shell, comprar a fábrica de Biodiesel Doce, algum dia um de nossos governantes dirá que esse combustível é bom. Muito obrigado, era isso.

Volto quarta-feira para falar do apagão estratégico que ameaça o Sul do Brasil.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário das Lideranças: PL, PSL, PSB.

Com a palavra o Deputado Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O. SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que me traz à tribuna da Assembléia hoje é um assunto que gera as grandes polêmicas e o mais grave dos problemas que nós temos no Brasil, que é a ocupação territorial.

A terra tem sido objeto das grandes disputas. Nós vimos ainda recentemente em Goiânia, onde a polícia, de uma maneira violenta, praticou um despejo cujo confronto com os sem-tetos mais parecia estar na Faixa de Gaza entre palestinos e judeus, do que propriamente em Goiânia, no Brasil. Nós vimos o assassinato da Irmã Dorothy em, Anapu no Pará, que correu fronteiras, que foi além dos mares, levando a triste notícia do seu assassinato.

Tudo isso se comete quando o bom senso é rasgado, quando a vontade de servir e a vontade de se fazer

as coisas dentro da legalidade é jogado ao segundo plano, e aí vai-se pela via da violência, da discórdia.

Nós temos aqui um caso concreto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no Paraná, em Paranapoema, mais propriamente lá próximo ao Pontal do Paranapanema, na divisa com São Paulo, em frente à cidade de Teodoro Sampaio, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiram uma propriedade conhecida como a “Fazenda do Japonês”.

É uma propriedade da fazenda Nahara, japoneses produtores que moram em Presidente Prudente, uma área de terra que teve o seu mandato de reintegração feito pelo Juízo de Direito da Comarca de Paranaity no dia 08 de agosto de 2003, e que até hoje não foi cumprido pelo Governo do Estado do Paraná através da sua agência de segurança, a Polícia Militar, que esteve lá acampada por um dia, para no outro dia auxiliar a Justiça, através do seu oficial de justiça fazer o despejo, e não o fez. E eu fui até lá no final da semana passada para ser *in loco* a situação.

Os “japoneses”, como são conhecidos lá, os produtores da família Nahara estão assistindo os sem-terras alugar pastos que lhe pertencem. Estão assistindo os sem-terras deixando a fazenda abandonada, formando capoeira. Já vai para o segundo ano e não podem trabalhar naquilo que é um bem da família.

São seis membros da família que dividem um pedaço de terra de menos de 900 hectares, e que estão proibidos de entrar na sua propriedade, porque o MST, através de alguns elementos que lá estão, não permitem, e que todos sabem que são pessoas oriundas da área urbana e que estão lá apenas para fazer número e prestar um desserviço à causa da reforma agrária no Paraná e no Brasil!

Temos aqui um laudo do INCRA que diz que a fazenda não poderá ser avaliada, desapropriada e que não será vistoriada pelo período de dois anos, por se tratar de uma área produtiva.

A que interesse serve o MST e a que interesse serve o Governo do Paraná que não cumpre constitucionalmente a sua obrigação?

Eram as ponderações que tínhamos que fazer para o dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Gostaria de anunciar a presença, entre nós, do Prefeito de São Carlos do Ivaí, Jurandir Alves, conhecido como Bida e seu Vice-Prefeito Reinold.

Sejam bem-vindos.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Lideranças do PTB, PP, PFL.

(Declinam)

No Horário do PT concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em nome da Bancada queremos parabenizar o Deputado Tadeu Veneri e desejar bastante sucesso como nosso Líder.

Faço uso do Horário do PT para falar de um assunto bastante comentado nesses dias, que foi o assassinato da Irmã Dorothy. Mais uma companheira que perde a sua vida. Mais uma companheira que não tinha medo. Tinha como sua arma uma Bíblia.

Nasceu nos Estados Unidos, mas naturalizou-se brasileira e há mais de duas décadas vivia no Paraná, uma região de grande conflitos, uma região de grandes fazendeiros, onde tem um povo sofrido, humilhado, onde tem muitos pequenos agricultores e sem-terra.

A Irmã Dorothy, tinha essa missão: lutar pelos humildes, a missão de pregar e fazer com que no Brasil e no mundo pudéssemos ver a justiça social. Essa missão fez com que enfrentasse os perigos e as ameaças que sofria. Achava sempre que por mais que fosse ameaçada não teria a coragem de fazer o que fizeram com ela, de calar-lhe a voz, quando simplesmente era uma pessoa que pregava a justiça, que queria o bem, que queria favorecer aqueles menos favorecidos. Infelizmente, Irmã Dorothy não teve muita sorte: encontrou pessoas frias que não olharam toda sua história, toda sua vida, todo bem que ela fazia.

Amanhã, na sede da Cúria da região Metropolitana, vai ser celebrada uma missa às 19h00min. em memória à Irmã Dorothy; está sendo organizada pelas pastorais sociais do nosso Estado do Paraná.

Fica aqui o convite a todos os Deputados, a todos aqueles que queiram participar dessa celebração, uma celebração pela paz no campo, pela paz no mundo e em homenagem à memória da querida, da dócil, da dinâmica Irmã Dorothy. Os assassinos calaram a sua voz, mas não vão poder deter os seus ensinamentos, pois esses já se proliferaram, não só no Pará, mas no Brasil todo.

Queremos a paz no campo, queremos a reforma agrária, queremos a justiça social, queremos a preservação da floresta e era isso que queria a Irmã Dorothy. Fica para nós o desafio de cultivar a sua mensagem. Tudo aquilo que Irmã Dorothy queria para o nosso País, nós temos agora o desafio de continuar levando em frente, aquilo que, infelizmente, frios assassinos fizeram calar na querida Irmã Dorothy.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Gostaria apenas de cumprimentá-la pela sua intervenção e também lembrar que o Governo Federal, assim que tomou conhecimento de toda dimensão da tragédia

que aconteceu, aliás, mais uma de tantas que acontecem na luta pela terra em nosso País, organizou uma força-tarefa que está na região, a senhora tem esses dados e irá passar, certamente. Diversas entidades, incluindo a Polícia Federal, Exército, estão fazendo já um trabalho naquela região.

O que é mais importante dizer é que temos no Brasil hoje cerca de cem milhões de hectares que não estão titulados, que podem ser terras públicas e que, certamente, uma quantidade de terras como essa (superior à América Central e ao México, juntos) poderia fazer deste um País onde a reforma agrária não se tornasse tão drástica e tão cruel.

Tenho certeza que aquilo que a Irmã Doroty fazia será um trabalho de todos nós que acreditamos na Reforma Agrária, que acreditamos na Justiça, que acreditamos nos movimentos sociais organizados, sejam eles de pequenos proprietários, sejam eles do MST. Sabemos da grandeza e da dedicação desses movimentos e sabemos, também que, graças a esses movimentos, como o MST, muitos que estocavam terras apenas para ganhar especulando, hoje, se obrigam a plantar para não perder essas terras.

Então, acredito que aquilo que a senhora traz aqui com relação a Irmã Dorothy será para nós, daqui para frente, uma lição, porque todos nós queremos um País melhor para todos e não para alguns privilegiados.

Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Agradeço o aparte do Deputado Tadeu e só para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que se aproxima mais um oito de março, mais um Dia Internacional da Mulher, onde vamos celebrar as grandes conquistas que as mulheres tiveram no decorrer desses anos, mas não dá para deixar de lamentar, que, infelizmente, neste 08 de Março já não teremos mais a presença da Irmã Dorothy que muito batalhou também para participação da mulher na sociedade, pelo espaço da mulher na sociedade, pelos direitos da mulher. Infelizmente, nosso 8 de março vem manchado pelo sangue de uma grande líder que deixa a sua mensagem, que deixa a sua vida como exemplo para que nós, mulheres, possamos seguir sem medo de lutar, sem medo de participar, sem medo de buscar a justiça social.

Muito obrigada, Sr. Presidente; muito obrigada, Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de registrar para engrandecer o nosso Parlamento, a presença do infante Carlos Mateus Simões, que nos honra com a sua presença nesta tarde na Assembleia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Vamos dar as boas-vindas.

Liderança do PMDB, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, nobres companheiros, Deputadas, Deputados.

Gostaria de me solidarizar ao pronunciamento da Deputada Luciana Rafagnin.

Já fizemos uso da palavra nesta Casa para falar sobre o mesmo assunto na semana passada. Luciana, temos hoje um requerimento, voto de pesar, gostaria que V. Exa. e os outros companheiros Deputados e Deputadas pudessem assinar conosco esse voto de pesar pela morte da nossa Irmã Dorothy. E dizer que infelizmente, assim como a morte dela foi anunciada, também a de Chico Mendes e de tantos outros, e dizia o Deputado Tadeu Veneri que existe uma lista com mais de 300 nomes de mulheres e homens marcados para morrer.

Portanto, isso é muito grave e não podemos esperar providências sempre que há uma tragédia dessa natureza. Isso vai ser resolvido efetivamente, quando o País determinar, resolver a questão da reforma agrária. Enquanto isso, medidas sérias precisam ser tomadas para impedir que continue sendo derramado sangue de homens e mulheres que lutam por uma causa tão justa.

Teria pedido um aparte na fala do companheiro Greca, mas não foi possível em função do tempo. Queria somar-me na sua fala do dia de hoje, extraordinariamente importante, porque traz à tona um problema que é de responsabilidade não só dos poderes constituídos, mas de toda a sociedade civil.

Lembro que no Brasil, a PETROBRAS também surgiu, Deputado Stica, da idéia e da luta de um punhado de homens, entre eles Monteiro Lobato, que brigaram neste País para que o petróleo fosse nosso. Agora, tempos novos, terceiro milênio, século XXI, precisamos buscar alternativas para a questão energética do nosso País.

Portanto, essa fala do companheiro Rafael Greca, inclusive encaminhou uma carta ao Governador Roberto Requião, uma nova proposta, uma nova fronteira energética como ele usou no seu discurso. Tenho certeza absoluta que essas formas alternativas vêm colaborar e contribuir de forma importante e incisiva para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País.

Precisamos buscar realmente a auto-suficiência energética e esta proposta do biodiesel doce é uma alternativa bastante interessante. Tenho certeza absoluta que o Governador Roberto Requião haverá de se sensibilizar a esta idéia como tem se sensibilizado a todas as idéias que lhe são apresentadas, sempre que é discutida uma proposta nova, revolucionária, que seja em benefício da população do Estado do Paraná.

Gostaria de colocar também e pedir a adesão, o apoio dos companheiros. Apresentamos um projeto de

resolução que está tramitando na Casa, e tenho certeza absoluta que os Deputados e Deputadas haverão de ser solidários com a nossa idéia, que será a instituição de um diploma “Mulher Cidadã Zilda Arns”, a ser conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todas as mulheres do movimento da sociedade civil organizada, mulheres anônimas, mulheres que fazer parte de entidades governamentais e não governamentais, que têm prestado algum serviço relevante em relação à questão da cidadania, direitos humanos e outras ações que sejam importantes do ponto de vista da possibilidade concreta de participação das mulheres, no Estado do Paraná, nas mais diferentes esferas.

Portanto, haverá apreciação deste Plenário para esse projeto de lei. Tenho certeza que os companheiros serão solidários. Inclusive, as quatro Deputadas da Casa, Arlete Caramês, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti e esta Deputada, pedimos a cessão do Plenário para 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

Gostaríamos muito que nesse dia esse projeto de lei já estivesse aprovado, para que pudéssemos nessa solenidade indicar quatro companheiras que serão homenageadas aqui pelo Estado do Paraná. Essa escolha será feita por um Conselho criado aqui na Casa, com representantes de todos os partidos.

É uma forma importante de homenagear as mulheres do Paraná, que sem dúvida nenhuma, nem sempre lembradas, mas que estão cotidianamente trabalhando em ações efetivas, para melhorar a qualidade de vida de toda a população do Estado do Paraná. Seria a homenagem não só das Deputadas, mas de toda a Assembléia Legislativa, no 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

Gostaria, no Horário da Liderança de Oposição, de fazer um registro. Eu tinha marcado o meu pronunciamento contestando o pronunciamento do Governador Requião, do dia de abertura dos trabalhos. Não tive a oportunidade de fazer esse pronunciamento, porque o Grande Expediente estava ocupado pelo Deputado Rafael Greca. Inscrevo-me no dia de hoje.

Pedi à assessoria da Presidência, para inscrever-me no Grande Expediente, para que eu tenha a oportunidade de contestar o Governador Requião.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Devidamente inscrito, conforme solicitação, para amanhã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 002/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a estadualização do acesso rodoviário PR-170 também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando a composição da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para o ano de 2005, como segue: Líder: Deputado Tadeu Veneri; 1º Vice-Líder: Deputado André Vargas e 2º Vice-Líder: Deputado Padre Paulo Campos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Neste momento passa a assumir a cadeira de Presidente o Deputado Hermas Brandão.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em número de 41, de autoria de diversos Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2004

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo parágrafo único ao artigo 6º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - É vedada a recondução do Parlamentar, para qualquer cargo da Mesa, na eleição imediatamente subsequente.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoioimento:

Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, gerald Cartário e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O presente dispositivo busca a oxigenação dos cargos da Mesa, proporcionando uma maior participação dos Deputados na condução dos trabalhos legislativos.

Com o novo dispositivo fica garantida a possibilidade real do Parlamentar buscar sua condição de candidato, mesmo em confronto com a Bancada, observado o direito das minorias e da igualdade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02/2º

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao inciso XVII do artigo 20, a seguinte expressão:

“(…) comunicando aos Srs. Parlamentares a pauta da próxima Sessão, pelo menos um dia antes” de sua realização, ressaltando-se excepcionalmente as Sessões Extraordinárias.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

(…)

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte, comunicando-a aos Srs. Parlamentares no dia anterior ao de sua realização, ressaltando-se as Sessões Extraordinárias.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoioimento:

Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Para o melhor acompanhamento dos Deputados e de suas assessorias e antecedência de um dia é muito importante, visando o aprimoramento das atividades técnico-legislativas dos Parlamentares, que poderão se preparar adequadamente para as discussões, com tempo para pesquisas e consultas.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03/2º

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, suprimindo parte do parágrafo 3º do artigo 36, retirando-se a expressão “por uma única vez”, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

(…)

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoiamento:

Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A limitação do período de funcionamento de CPI, cuja alteração do artigo impingiu, é um retrocesso, o que esta emenda visa suprimir.

No ano de 2003 tivemos vários exemplos de CPI's que obtiveram êxito, como a do BANESTADO e da COPEL, por exemplo, e tiveram que se alongar pela complexidade envolvida, e que foram essenciais para auxiliar as investigações e apurações da Justiça, e ainda, no ano de 2004 tivemos duas CPI's, da Reforma Agrária e do Porto de Paranaguá, que além de trabalhar intensamente em 2004 tiveram de pedir prorrogação para encerrar seus trabalhos e relatórios em 2005 pelos mesmos motivos já esboçados.

A CPI reveste-se de importante prerrogativa, cujo período deve se estender até completar sua finalidade, desde que não ultrapasse o período legislativo, e que ressalta o importante papel fiscalizador da Assembléia Legislativa do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04/2º

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, modificando o *caput* do artigo 6º, suprimindo-se os incisos I e II, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Os membros da Mesa terão mandato de 01 (um) ano e na sua composição será assegurado o direito do Parlamentar registrar-se individualmente como candidato, independentemente da orientação das bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoiamento:

Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O presente dispositivo busca a oxigenação dos cargos da Mesa, proporcionando uma maior participação dos Deputados na condução dos trabalhos legislativos.

Com o novo dispositivo fica garantida a possibilidade real do Parlamentar buscar sua condição de candidato, mesmo em confronto com a Bancada, observado o direito das minorias e da igualdade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05/2º

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do

Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo um § 7º ao artigo 36.

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

(...)

§ 7º - O autor do Requerimento de proposição para instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito tornar-se-á automaticamente presidente da mesma, ressaltado o direito do autor de indicar outro membro da Comissão para assumir a presidência.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoiamento:

Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Está é uma importante prerrogativa, que vem para reforçar o importante papel fiscalizador da Assembléia Legislativa do Paraná, uma vez que o autor da proposta da CPI vem estudando o caso a ser investigado, estando, portanto, melhor preparado e informado sobre o assunto, o que virá a economizar em muito o tempo e os esforços de tais Comissões, melhorando a qualidade e a eficácia do seu trabalho, bem como do conteúdo do Relatório Final apresentado. Ainda, busca-se formalizar no Regimento uma praxe adotada de forma informal em quase todas as CPI's de que o seu autor é escolhido também presidente das mesmas.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06/2º

O artigo 101 do Projeto de Resolução nº 015/2004, cuja redação estabelece que “a Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva,” passa a vigora com a seguinte redação:

“Art. 101 - A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será publicada e distribuída em avulso no início da sessão que anteceder a sessão de sua votação.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

Delegado Bradock, Ailton Araújo, Natálio Stica, Dobrandino da Silva, Jocelito Canto e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa dar conhecimento antecipado aos nobres Deputados da ordem do dia seguinte, uma vez que, atualmente, a publicação a partir dos avulsos ocorre no mesmo dia, não tendo os Deputados tempo

hábil para proporem emendas e articularem-se politicamente.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adicione-se ao artigo 30, inciso VIII a expressão “Ciência e Tecnologia”, adicionando-se conseqüente e simultaneamente redação ao § 8º do artigo 33, passando os mesmos a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - ...

...

VIII - Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia.

Art. 33 - Cabe às Comissões permanentes, observada a competência específica:

...

§ 8º - A Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científica do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda possui a finalidade de aglutinar à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, já existente no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o tema Ciência e Tecnologia, haja vista a grande importância de que se reveste a questão.

A nova Comissão, além das atribuições já nominadas no âmbito atual, terá como missão o exame de proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Além destas, outras tais como: debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual em favor do desenvolvimento científico e tecnológico;

apoiar a elaboração da Polícia Estadual de Ciência e tecnologia e, ainda, promover estudos, debates e projetos que visem à identificação das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Estado.

Enfim, a proposta visa, fundamentalmente, criar condições e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Estado e, desse modo, melhorar as condições de vida da população no que se refere aos padrões de saúde, educação, emprego, habitação, transporte e ambiente.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 08/2º

Art. 1º - Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 de autoria da Comissão Examinadora, inclua-se onde couber:

“É facultado aos Deputados Estaduais o não recebimento de subsídios ou vantagens durante o exercício do mandato”.

Art. 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Carlos Simões, Nereu Moura, Delegado Bradock, Ratinho Júnior, Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Ailton Araújo, Miltinho Pupio, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Dobrandino da Silva, Luiz Accorsi, Elza Correia, Cesar Seleme, Reni Pereira, José Domingos Scarpellini, Neivo Beraldin, Artagão Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda ao Projeto nº 15/2004 pretende adequar a remuneração dos Senhores Deputados.

Neste sentido, buscamos melhor regulamentar e equiparar as emendas já apresentadas ao referido projeto de resolução, que dando novo ordenamento ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 09/2º

Fica alterada a redação do artigo 118 e seu parágrafo 3º, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 118 - As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma Sessão em que forem protocoladas, e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação”.

§ 1º -

.....

§ 3º - Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposi-

ções das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 10/2º

Fica alterada a redação do artigo 20, seu inciso XVII e acrescido, na sequência, novo inciso a este mesmo artigo, do Projeto de Resolução nº 15/2004, renumerando adequadamente os incisos seguintes da redação original, conforme segue:

“Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia e:

I -

.....

XVII - organizar, ouvidas as Lideranças regimentalmente constituídas nesta Casa, a agenda com a previsão das proposições em condições regimentais para serem apreciadas em Plenário no mês subsequente.

XVIII - designar a Ordem do Dia da Sessões, na conformidade da agenda mensal.

.....

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 11/2º

Ficam suprimidos da redação do parágrafo 2º do artigo 131 os incisos I, III e XII e acrescidos novos incisos ao parágrafo 3º, do mesmo artigo, do Projeto de Resolução 15/2004 conforme segue:

Art. 131 -

§ 1º -

.....

§ 3º -

I -

.....

IX - dispensa de interestício para inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

X - regime de urgência.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 12/2º

Fica alterada a redação do artigo 38 e inciso I do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de 5 (cinco) Sessões, contadas do seu recebimento, o faça publicar no Diário da Assembléia, e o encaminhe:

I - à Mesa Executiva para as providências de alçada desta e submissão do relatório ao Plenário para discussão e votação, dentro de cinco Sessões, contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projetos de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais, cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

.....

Parágrafo Único - O prazo previsto no *caput* deste artigo não flui durante o recesso parlamentar.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 13/2º

Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 5º e suprimido seu parágrafo 2º, renumerando-se o parágrafo 3º como parágrafo 2º, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 5º -

§ 1º - Na segunda Sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, realizar-se-á a eleição do Presidente, dos três Vice-Presidente e dos cinco Secretários,

§ 2º -

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 014/2º

Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 7º, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 7º -

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição dos membros da Mesa,

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 015/2º

Acresce incisos ao artigo 8º do Projeto de Resolução 15/2004, sendo que o primeiro deverá ser numerado como inciso I e o segundo incluído onde melhor couber, renumerando os incisos da redação original sequencialmente, conforme segue:

“Art. 8º -

I - registro, junto à Mesa, de candidatos que individualmente ou previamente indicados pelas Bancadas dos Partidos ou dos Blocos Parlamentares que concorram aos cargos que, de acordo com o princípio da representação proporcional, tenham sido distribuídos a esses Partidos ou Blocos Parlamentares;

II -

.... - acompanhamento dos trabalhos de apuração, junto à Mesa, por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 016/2º

Altera a redação dos incisos II, IV, V, VI, X, XI, do artigo 8º do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 8º -

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do candidato e o cargo a que concerne, ou a chapa completa dos candidatos, desde que decorrente de acordo partidário, permitindo-se a um mesmo parlamentar figurar em mais de uma chapa;

VI - colocação das sobrecartas em quatro urnas, à vista do Plenário, duas destinadas à eleição do Presidente e as outras duas à eleição dos demais membros da Mesa, se não houver acordo partidário para eleição da Mesa mediante chapa de candidatos;

V - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas das urnas, em primeiro lugar as destinadas à eleição do presidente; contá-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

VI - leitura, pelo Presidente, dos nomes dos demais votados;

.....

X - redação, pelo Secretário, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com os dos mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcança maioria absoluta;

XII - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 17/2º

Fica alterada a redação do inciso IV do artigo 28 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 28 -

.....

IV - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado e outras autoridades:

.....

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO Nº 18/2º

Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 84, do Projeto de Resolução nº 15/2004, suprime-lhe o parágrafo 2º, e renumera o parágrafo 3º como parágrafo 2º, conforme segue:

Art. 84 -

§ 1º - Não poderá ser convocada mais de uma Sessão Extraordinária entre duas Sessões Ordinárias.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 19/2º

Fica alterada a redação do inciso I do artigo 90 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 90 -

I - trinta minutos para discussão e votação da Ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos comunicados dos Deputados, das Mensagens dos demais Poderes, Tribunal de Contas e do Ministério Público, dos Projetos

deste Poder, das Indicações, dos Pareceres das Comissões, e dos Requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 20/2º

Suprime o parágrafo 2º e 3º do artigo 159, do Projeto de Resolução nº 15/2004, renumerando seqüencialmente os parágrafos seguintes.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 21/2º

Suprime da redação do parágrafo 2º do artigo 131 do Projeto de Resolução nº 15/2004, os incisos I, III e XII.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 22/2º

Ficam acrescentados novos incisos ao parágrafo 3º do artigo 131, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

Art. 131 -

§ 1º -

.....

§ 3º -

I -

.....

IX - dispensa de interestício para inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

X - regime de urgência.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 23/2º

Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 158 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

Art. 158 -

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única Sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de Parlamentares;

§ 2º -

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 24/2º

Suprime o artigo 184, do Projeto de Resolução nº 15/2004, renumerando seqüencialmente os seguintes.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 25/2º

Fica acrescido parágrafo único, onde couber, no artigo 9º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

Art. 9º -

I -

.....

Parágrafo Único - Será considerado vago o cargo da Mesa Executiva quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante para nova eleição.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 26/2º

Acresce ao artigo 20, onde couber, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 20 -

... - nomear os membros titulares e suplentes das comissões, mediante indicação por escrito dos Líderes ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado para este fim;

... - declarar a perda e lugar de membros das comissões por motivo de falta;

... - assegurar os meios e condições necessários ao pleno funcionamento das comissões permanentes e temporárias constituídas;

... convidar o Relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 27/2º

Altera, no Projeto de Resolução nº 15/2004, acresce ao artigo 10 parágrafo 6º, conforme segue:

“Art. 10 -

§ 6º - os Blocos Parlamentares deverão ser formalizados à Mesa Executiva desta Casa, na atual legislatura em 30 (trinta) dias após a data de publicação do presente Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 28/2º

Altera no Projeto de Resolução nº 15/2004 a redação do parágrafo 1º do inciso III do artigo 90, conforme segue:

“Art. 90 -

I -

III -

§ 1º os trinta minutos iniciais serão ocupados, equitativamente, pelas Lideranças da Situação e da Oposição, alternando-se a precedência nas Sessões subseqüentes.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 29/2º

Fica alterada a redação do inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 131 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 131 -

§ 3º -

I - convocação de Secretários de Estado e outras autoridades;

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 30/2º

Fica alterada a redação do inciso IV do artigo 28 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 28 -

I -

IV - Encaminhar, através da Mesa, pedidos de informação a Secretários de Estado e outras autoridades;”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 31/2º

Fica alterada a redação do artigo 134 e acrescido inciso ao parágrafo 3º do artigo 131 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 131 -

§ 1º -

§ 3º -

de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.”

Art. 134 - Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 32/2º

Fica alterada a redação do artigo 12 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 12 - Os Deputados poderão ser agrupados por representações partidárias ou em Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o respectivo Líder quando a representação partidária foi igual ou superior a três Deputados e, igual ou superior a quatro Deputados quando agrupados em Bloco Parlamentar.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e BARBOSA NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 33/2º

O parágrafo 4º do artigo 12 do Projeto de Resolução nº 15/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º - O Partido com Bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação das proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças, com exceção da legislatura em curso, constituída na forma das disposições anteriores.

§ 5º -

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) BARBOSA NETO, RENI PEREIRA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, CARLOS SIMÕES, DUÍLIO GENARI e NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda preserva a vontade da Bancada anteriormente constituída, cujo número de ocupantes inferior à regra nova ora proposta.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 34/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Suprime o parágrafo 3º do artigo 29.

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, TADEU VENERI, ANDRÉ VARGAS e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo 3º do artigo 29, encontra-se em rota de colisão com o artigo 27 do Substitutivo Geral ao projeto de Resolução nº 015/204, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, devendo ser suprimido em face da evidente contradição que suscita.

Ademais, a redação em questão fere de morte o princípio constitucional da soberania popular, esculpido no parágrafo único do artigo 1º da Carta Magna, que foi oportunamente exteriorizado quando das eleições de 03 de outubro de 2002, quando o voto popular elegeu representantes dos diversos Partidos para o desempenho da atual legislatura, cuja duração é de 04 (quatro) anos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 35/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adiciona o inciso XXII no artigo 18, que fica com a seguinte redação:

“XXII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Paraná;”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente o nobre Deputado Hermas Brandão apresentou projeto de lei determinando ao Poder Executivo que disponibilizasse via internet o acesso a qualquer do povo às contas do Executivo. E imperioso que idêntica medida seja adotada pela Assembléia Legislativa do Paraná, órgão fiscalizador dos demais Poderes e que por esta razão deve dar o exemplo, apresentando de forma pormenorizada e mensal as contas da Casa, pelas vias impressa e digital, a qualquer cidadão paranaense interessado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 36/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adiciona o parágrafo único ao artigo 64, ficando com a seguinte redação:

“Art. 64. (...).

Parágrafo Único - O Deputado investido nas funções descritas neste artigo não terá direito ao recebimento de ajuda de custo e deverá ceder o espaço físico que ocupava na Assembléia Legislativa ao seu suplente.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

A redação do artigo 64 é moralizadora e permite o aproveitamento racional e devido dos espaços destinados aos Parlamentares, coibindo gastos desnecessários com Parlamentares afastados da Casa.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 37/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Modifica o artigo 92, que fica com a seguinte redação:

“Art. 92 - Findo o tempo da Sessão, o Presidente a encerrará anunciando a Ordem do Dia da Sessão seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

Mantém a antiga redação regimental por razões de transparência e democracia.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 39/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Modifica o artigo 223, que fica com a seguinte redação:

“Art. 223 - O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por meio de projeto de resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial para esse fim criada.

§ 1º - O projeto, após publicado e distribuído em avulso, permanecerá na Ordem do Dia durante o prazo de três Sessões para o recebimento de emendas:

§ 2º - Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto será enviado:

I - à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em qualquer caso;

II - à Comissão Especial que o houver elaborado, para exame das emendas recebidas;

III - à Mesa, para apreciar as emendas e o projeto.

§ 3º - Os pareceres das comissões serão emitidos no prazo de dez dias, quando o projeto for de simples modificação, e de trinta dias, quando se tratar de reforma.

§ 4º - A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de resolução.

§ 5º - A Mesa fará a consolidação e publicação de todas as alterações introduzidas no Regimento antes de findo cada biênio.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta aprimora e democratiza o procedimento para modificar tópica ou reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 39/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Modifica o inciso XVI do artigo 30, ficando com a seguinte redação:

“Art. 30 - (...)

XVI - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

Amplia o rol de assuntos pertinentes a essa comissão em face da sua pertinência e atualidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 40/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adiciona a parte final do parágrafo 16 do artigo 33, ficando com a seguinte redação:

“Art. 33. (...)

§ 16 - No que tange à Criança e ao Adolescente compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas pre-

vistas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, NATÁLIO STICA, PEDRO IVO ILKIV e TADEU VENERI.

JUSTIFICATIVA:

É inegável a importância da defesa dos direitos das crianças e adolescentes da Nação brasileira. A defesa dos seus direitos e adoção de políticas que combatam todo tipo de exploração deve ser preocupação de todos os setores da sociedade.

A atuação da Assembléia Legislativa do Paraná em muito contribuirá nesse processo.

A criação de uma Comissão Permanente é clara da Assembléia Legislativa neste processo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 41/2º AO SUBSTITUTIVO GERAL

Adiciona o Capítulo II-A ao Título II, ficando com a seguinte redação:

“Capítulo II-A

Da Ouvidoria Parlamentar

Art. 25-A - Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidade ou abuso de poder;

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III - propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

IV - encaminhar aos órgãos competentes as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Casa sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

Art. 25-B - A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral e dois Ouvidores Substitutos designados dentre os membros da Casa pelo Presidente da Assembléia, a cada dois anos, no início da Sessão Legislativa, vedada a recondução no período subsequente.

Art. 25-C - O Ouvidor Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I - solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembléia Legislativa;

II - ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros que se façam necessários;

III - requerer ou promover diligências e investigações quando cabíveis.

Art. 25-D - Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa.”

Sala das Sessões, em 21.02.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, TADEU VENERI e NATÁLIO STICA.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Ouvidoria Parlamentar coloca a Assembléia Legislativa do Paraná em compasso de harmonia com a Câmara dos Deputados e as demais Casas Legislativas do País, como as Assembléias Legislativas de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Trata-se de um importante e democrático canal de comunicação com os cidadãos paranaenses, destinando-se à melhoria dos serviços e do atendimento prestados à população e às diversas entidades públicas ou privadas.

Sem embargo, amplia o acesso do povo à Casa Parlamentar, viabilizando maior efetividade aos princípios constitucionais-administrativos da moralidade, da eficiência, da publicidade e da impessoalidade, além de transmitir maior transparência aos paranaenses.

**COMISSÃO EXECUTIVA
EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/2004**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 15/2004 quando da sua 2ª discussão no Plenário desta Casa, recebeu 41 emendas apresentadas pelos Srs. Deputados, que foram analisadas pela Comissão Executiva e as emendas aprovadas de números 07, 09, 12, 14, 17, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 39 e 40 passaram a integrar o Substitutivo Geral.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Resolução, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**COMISSÃO EXECUTIVA
SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO**

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntando com o Regimento Interno anexo, ficando revogadas a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**REGIMENTO INTERNO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANA**

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Da Sede

Art. 1º – A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º – A Assembléia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I – Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – Extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura serão precedidas de Sessões Preparatórias.

§ 3º – A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

Seção I

Da Posse

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – Para que sejam evitadas confusões o nome parlamentar compor-se-á, salvo quando a juízo do Presidente, apenas dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da Sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º – Aberta a Sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se às seguintes formalidades: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado em pé, ratificará a declaração dizendo:

"ASSIM O PROMETO"

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compro-

missando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º – Quando algum Deputado tomar posse em Sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, quando, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembléia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão Legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º – Tendo prestado compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes.

§ 8º – O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º – O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da Sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 5º – A Mesa da Assembléia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º – Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

§ 2º – A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º – Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º – Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os res-

pectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas observadas as seguintes regras:

I - a escolha será feita na forma prevista no Estatuto de cada Partido ou conforme estabelecer a própria bancada e, ainda segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II - em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.

Art. 7º - No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3º e 4º Sessões Legislativas da mesma Legislatura.

Parágrafo Único - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, no primeiro, a maioria simples, no segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em chapa completa para os diversos cargos que compõem a Mesa;

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VII - proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

VIII - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

IX - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

X - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas chapas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XI - será considerada eleita a chapa que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III - no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco Sessões Ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

Capítulo IV

Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum, à qual caberá a competência de representá-los.

§ 2º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 6º - O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11 - A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante do Bloco Parlamentar, não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Capítulo V

Dos Líderes

Art. 12 - Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da Sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º – Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por Sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º – As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do artigo anterior.

Parágrafo Único – No Horário das Lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos, improrrogáveis.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Da Mesa

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de Presidente, 1º

Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a Sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º – Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a 5 (cinco) Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a legislatura, no início das Sessões Preparatórias da legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – apresentar à Assembléia, na Sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do

Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º, deste Regimento;

VIII – emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X – conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII – expedir resolução de Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVI – fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVII – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa;

XVIII - administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia;

XIX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XX - promulgar emendas à Constituição;

XXI - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único – A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

Seção I Do Presidente

Art. 19 – O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir às Sessões Plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as Sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a Sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as Sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os Líderes e Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII - nomear os membros titulares e suplentes das Comissões, mediante indicação por escrito dos Líderes ou independentemente desta, se expirando o prazo fixado para este fim;

XXXIII - declarar a perda e lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXIV - assegurar os meios e condições necessárias ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXV - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo-se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira, durante a Sessão, proceder-se-á da mesma forma.

Seção II

Dos Secretários

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20, deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das Sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas, quando for o caso.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo II

Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o

órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

Capítulo III

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua competência;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado e outras autoridades;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando dilação de prazos, para a diligência;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

Seção II

Das Comissões Permanentes e sua competência

Art. 29 – A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete, entre outras:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e Ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou

requerer ao Presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;

XIII – convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

§ 2º – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

- I – Comissão Executiva;
- II – Comissão de Constituição e Justiça;
- III – Comissão de Finanças;
- IV – Comissão de Orçamento;
- V – Comissão de Tomada de Contas;
- VI – Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL;
- VII – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- VIII – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- IX – Comissão de Segurança Pública;
- X – Comissão de Saúde Pública;
- XI – Comissão de Redação;
- XII – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- XIII – Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.
- XIV – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor;
- XV – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Execu-

tiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de treze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º – Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada e verificando-se igual número de Deputados, por Partido ou Bloco Parlamentar, a escolha se dará por sorteio.

§ 2º – Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44 deste Regimento.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º – À Comissão Executiva compete:

I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;

IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V – julgar concorrência e demais licitações;

VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se, em caráter opinativo, sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

- I – criação de municípios;
- II – incorporação, fusão e desmembramento de município;
- III – perda de mandato de Deputado;
- IV – transferência temporária da sede do Governo;
- V - organização dos Poderes do Estado;
- VI – Ministério Público;
- VII – intervenção nos municípios;
- VIII – alterações de códigos;
- IX – organização e divisão judiciária;
- X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão.

§ 3º – À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º – À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º – À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do

Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo: defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades: sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 7º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnicos-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 – À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13 – À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII - aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal: bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

§ 15 - À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente compete: manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à

condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e a ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual da Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º - Nenhum Deputado poderá ocupar simultaneamente, os cargos de Presidente e Relator em duas ou mais Comissões Temporárias.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembleia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembleia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, para que se possível, o retifique, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco Sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º - Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único - As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de (05) cinco Sessões, contadas do seu recebimento, o faça publicar no Diário da Assembléia, e o encaminhe:

I - à Mesa Executiva para as providências de alçada desta e submissão do relatório ao Plenário, para discussão e votação, dentro de cinco Sessões, contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projeto de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos pareceres em questão;

II - ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

VI - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º - A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco Sessões.

§ 2º - O prazo previsto no *caput* deste artigo, não flui durante o recesso parlamentar.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar-se para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito Sessões,

se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Seção IV

Da Presidência das Comissões

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

§ 2º – O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

§ 3º – Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

I - convocar a reunião da Comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

II - presidir todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

III - solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

IV - usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

V - usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

Seção V

Dos Pareceres

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

Seção VI

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar;

V – com a licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões Ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º deste Regimento.

§ 6º – Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

§ 3º - Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

§ 4º - Não poderá o Autor de proposição ser dela o Relator, ainda que substituto.

Seção VII

Das Reuniões

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º – O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 - As reuniões Ordinárias ou Extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Somente os Deputados ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme deliberado, poderão assistir às reuniões secretas.

Seção VIII

Dos Trabalhos

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da Sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, observada alternância entre seus membros;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é concedido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto .

§ 4º - Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º - A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste artigo.

§ 6º - A qualquer dos membros da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado por escrito, se assim o desejar.

§ 7º - Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ 8º - Ao Projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo improrrogável de um dia.

§ 9º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados

em todos os seus termos será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 10 – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na Sessão subsequente.

§ 11 – Em havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma Sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no inciso anterior.

§ 12 – Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas Sessões, se em Regime de Urgência, e de cinco Sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 14 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 16 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça.

§ 18 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 19 – À Comissão é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 20 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 21 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 22 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da Comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada pelo mesmo

prazo ao Projeto de Lei; em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vista.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão recebidos pelo 1º Secretário da Assembléia, que no prazo de quarenta e oito horas encaminhará ao Presidente da Comissão e esta deverá enviar à Mesa os seus papéis, através do 1º Secretário.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

Seção IX

Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da Consultoria Técnica às Comissões, especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

Capítulo IV

Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às Sessões que forem realiza-

das que forem realizadas no horário regimental, previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 77 deste Regimento.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se Ajuda de Custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de assuntos particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58 deste Regimento.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Capítulo V

Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia;

III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73 deste Regimento, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Capítulo VI

Da Convocação do Suplente

Art. 76 – A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

TÍTULO III

DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Das Sessões da Assembléia

Art. 77 – As Sessões da Assembléia Legislativa serão Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as Sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas Extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras Sessões, afora as previstas por este Regimento,

desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A Hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as Sessões Ordinárias como as Extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das Sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de Sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, desde que presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a Sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer Sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade da Sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a Sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior, não prevalece no caso de apreciação de proposições em Regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

Seção I

Das Sessões Públicas

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, usando a expressão: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Parágrafo Único - O Deputado que pretender retificar a Ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em Ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida eqüitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101 deste Regimento.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder as votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado caso nenhum Deputado se inscrever ou solicitar a

palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na Sessão e os adiados na Sessão anterior, ficando destinado à explicações pessoais o tempo restante da Sessão.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a expressão “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite parecer de outra Comissão, desde que esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Seção II

Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim resolver a maioria dos seus Membros, através de requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará Secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, deverão ser assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

Seção III

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado será-lhe comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da

matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, no início do Grande Expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade.

Seção IV

Da Ordem do Dia

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I – em caso de preferência;

II – em caso de adiamento;

III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I – a discussão a que está sujeito;

II – de quem é a iniciativa;

III – a respectiva ementa;

IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

Capítulo II

Das Questões de Ordem

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da Sessão, poderá o Deputado solicitar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa do Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em Avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

Capítulo III

Seção I

Da Comissão Geral

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I – debate de matéria relevante;

II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às Sessões das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e rádio, desde que devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato o exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia for cometido algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do responsável e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, administrativo e regulamentos policiais do Estado.

Capítulo V

Das Atas

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, na hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Depu-

tado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infringam disposições deste Regimento.

§ 7º – Os pedidos de retificação da Ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, Ordinária ou Extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada por qualquer número.

TÍTULO IV DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Capítulo I Das Proposições em Geral

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso, em seguida da justificativa.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º – Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário da protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma Sessão em que forem protocoladas, e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – A Assembléia poderá decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Seção I Dos Projetos

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV – autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do país ou do Estado, por mais de quinze dias;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de súmula enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão na Ordem do Dia, desde que

tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção II

Das Indicações

Art. 127 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão ou pedido de providência a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º – A indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º – A indicação será incluída na pauta da Sessão imediata à de sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º – Havendo pedido de destaque, a indicação será submetida à discussão e votação únicas.

Seção III

Dos Requerimentos

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoioamento preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

- I – a palavra, ou a desistência dela;
- II – a posse de Deputados;
- III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
- IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;
- V – a retificação de ata;
- VI – a inserção de declaração de voto em Ata;
- VII – a observância de algum dispositivo regimental;
- VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;
- IX – verificação de votação;
- X – o preenchimento de vagas nas Comissões;
- XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;
- XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 – Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 – Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º – Serão escritos e independem de apoioamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

- I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;
- II – nomeação de Comissões Externas;
- III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;
- IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;
- V – manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;
- VI – permissão para falar sentado.

§ 2º – Serão escritos e independem de apoioamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

- I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;
- II – dispensa de membro de qualquer Comissão;
- III – dispensa de publicação de qualquer proposição;
- IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;
- V – destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;
- VI – remessa a determinada Comissão, de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X – votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º – Serão escritos e sujeitos a apoioamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

- I – convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;
- II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;
- III – criação de Comissões Especiais;
- IV – Sessões Extraordinárias;
- V – Sessões Secretas;
- VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

IX – de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

Art. 132 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 – Independerá de apoioamento o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 – Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descortesias, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Seção IV Das Emendas

Art. 136 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independentemente de apoio das emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de

sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões.

Capítulo II Das Discussões **Seção I** Disposições Gerais

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

Parágrafo Único – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação, e posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

§ 3º – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148 deste Regimento.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma Sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única Sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de Parlamentares;

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Capítulo III

Da Votação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na Sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos de Leis Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Seção II

Dos Processos de Votação

Art. 163 – São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará os Deputados que votaram a favor, levantarem-se a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento, e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemerita.

Seção III

Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Seção IV

Do Encaminhamento da Votação

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo Único - Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo 2º do artigo 148 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Seção V

Do Interstício

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe forem incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

Capítulo IV

Da Preferência

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V - Leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar a emenda.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independem desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

Capítulo V

Da Urgência

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

I - será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

II - expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º – Excetuam-se o disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação para que apresente nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Capítulo VII

Do Autógrafo

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações, no prazo máximo de 10 dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

TÍTULO V

DAS MATÉRIAS SUJEITAS A

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco Sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Capítulo II

Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º - Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Capítulo III

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Mem-

bros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte Sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 – Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

Capítulo IV

Do Projeto Orçamentário

Art. 202 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 203 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 – O Presidente da Comissão de Orçamento e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e

um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 – A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 209 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, cuja votação for requerida na forma do artigo anterior, serão incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 212 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da

Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Capítulo V

Dos Projetos Vetados

Art. 214 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

Capítulo VI

Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em Sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo VII

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

Capítulo VIII

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo IX

Das Leis Delegadas

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III – direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas

infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez Sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez Sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 235 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 236 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 237 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembleia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI DO DECORO PARLAMENTAR

Capítulo I Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 238 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 239 - São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro.

Capítulo II Das Vedações Constitucionais

Art. 240 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

Capítulo III Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 241 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Parágrafo Único - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 242 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa ;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

Capítulo IV Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 243 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como Deputado.

Capítulo V Das Medidas Disciplinares

Art. 244 - As medidas disciplinares são:

a) advertência;

b) censura;

c) perda temporária do exercício do mandato;

d) perda do mandato.

Art. 245 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 246- A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das Sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 247 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos regimentais, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 243, deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou Comissão tenham decidido que devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das Sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 248 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 240 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 241 e 242 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

Capítulo VI

Do Processo Disciplinar

Art. 249 - A sanção de que trata o artigo 247 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício,

pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 250 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 251 e 252 deste Regimento, e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 254 deste Regimento, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 252 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 256 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constitui-

ção e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 253 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este será assegurado atuar em todas as fases do processo dele tendo vistas sempre que solicitar.

Art. 254 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvir o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos artigos 245 e 246 deste Regimento, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 247 e 248 deste Regimento, procederá na forma do artigo 252 do Regimento.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 255 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 256 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 257 - O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 258 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Capítulo, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qual-

quer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

Capítulo VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 259 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 260 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho, respeitada a proporcionalidade partidária.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 243 deste Regimento.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 245 e 248 deste Regimento, independentemente da legislatura ou Sessão Legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 261 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a descrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a Sessão Legislativa.

Art. 262 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e

Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

Capítulo VIII **Corregedoria Parlamentar**

Art. 263 - A Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos da mesma forma pela qual o são eleitos os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia

Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

TÍTULO VII **DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** **Capítulo Único** **Da Iniciativa de Leis**

Art. 268 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça livrá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII
Capítulo Único
Da Secretaria da Assembléia

Art. 269 – Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º – O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º – Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 – É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO X
Capítulo Único
Das Disposições Finais

Art. 271 – Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou Sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou Sessão Legislativa inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 271 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 272 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 273 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 274 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar aos Srs. Parlamentares que foram recebidas 41 emendas. A Comissão Executiva dará o parecer para as emendas até o dia de amanhã e esse Projeto voltará amanhã à pauta para ser votado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, encaminhei a V. Exa. uma emenda que faculta aos Deputados estaduais o não recebimento de subsídios ou vantagens durante o exercício do mandato.

Essa emenda, de minha autoria, tem mais de quarenta assinaturas. Então gostaria que V. Exa. recebesse com muito carinho, porque é a maioria absoluta deste Plenário que quer assim, para que esse nosso Regimento seja o Regimento definitivo e não que a cada legislatura nós possamos mudá-lo, como se faz com a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Queremos um Regimento permanente e por isso essa maioria de Deputados assina a emenda, para que seja definitivo e para que possamos dar ao Paraná uma amostra da seriedade desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar-lhe que essa Emenda tomou o nº 802.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço, Excelência!

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, apenas para refletir com V. Exa. no sentido de que: em que tempo teremos acesso ao parecer da Comissão Executiva e como é que seria o processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O processo de votação será o seguinte: se a Comissão Executiva aceitar a emenda, ela será incluída no Projeto; se não for aceita, será recusada e será votado o Projeto na sua integridade.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Aquela emenda que não for recebida poderá ser votada em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De forma nenhuma. O Projeto será votado na sua totalidade.

A Comissão Executiva, conforme o Regimento que está em vigor atualmente, tem essa prerrogativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Realmente isso nos deixa preocupados, Sr. Presidente, na medida em que há temas que aqueles que apresentaram, mesmo ainda que não havendo a possibilidade

de incluir no anteprojeto ou no substitutivo da Comissão Executiva, gostariam de ver debatido no Projeto. Mas, se é regimental, nós nos subordinamos naturalmente ao Regimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se não me falha a memória, o Regimento diz que esse Projeto deve tramitar durante duas Sessões para debates na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem conhecimento e este projeto já foi apresentado, já foi discutido na legislatura do ano passado e o Regimento é bem claro, nobre Deputado, fala o artigo 224, que fala das modificações do Regimento Interno.

(**Lê artigo 244**).

Está em discussão há mais de dois dias.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

O artigo 33 fala que nenhum Projeto de Resolução pode deixar de tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Há uma interpretação diferente da Mesa ou eu estou equivocado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acontece, nobre Deputado, que há um parágrafo exclusivo para o Regimento.

Esta Presidência está se baseando exclusivamente nesse parágrafo que fala da reforma do Regimento e do Regimento da Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

As emendas então apresentadas em 2ª Discussão, no caso de hoje, serão avaliadas uma a uma pelo Plenário ou fica a critério...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A critério da Comissão Executiva. Eu vou convidar o nobre Deputado Nereu Moura ainda hoje e o Deputado Geraldo Cartário, para que possamos definir e amanhã fornecer a todos os Deputados as emendas que foram aceitas ou não pela Comissão Executiva.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Na verdade os Deputados então prestaram uma assessoria com idéias e depois o Plenário vai acabar aprovando um projeto já com esboço acabado pela Comissão Executiva?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma. Inclusive, só para informar V. Exa., nós aceitamos praticamente 50% das emendas apresentadas quando da primeira apresentação de emendas. Nós até, democraticamente, abrimos o espaço hoje para receber novas emendas para fazer algumas correções. Não havia necessidade, inclusive, de receber novas emendas hoje.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Muito obrigado. V. Exa. foi muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não sou generoso. Sou democrata.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

A Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda que trata da questão da manutenção dos gabinetes e estrutura de gabinetes dos Deputados licenciados para o cargo de Secretário.

Naturalmente, na prerrogativa regimental a Comissão Executiva, sim, teria as condições de avaliar se ela virá a Plenário ou não virá a Plenário para ser votada, que é uma questão polêmica...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Volto a informar a V. Exa. que emenda nenhuma virá a Plenário para ser votada. Ela será aceita pela Comissão Executiva e englobada no projeto ou não será aceita e não virá a Plenário para ser votada.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu poderia fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Como nós temos aqui inúmeras lideranças, há também uma outra polêmica em relação ao tamanho da extinção ou não das Bancadas, o tamanho das Bancadas. Falo agora olhando para o Deputado Reni Pereira, do PSB, que tem apenas dois Deputados; também há esta polêmica, que guardadas as prerrogativas da Comissão Executiva de se reunir e decidir, que se fizesse também uma reunião dos Líderes, do colégio de Líderes para auscultar, para sentir, e os argumentos que estes líderes têm ao apresentar as emendas, na medida em que, lógico, preservado a questão regimental de decisão da Mesa, que são apenas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficam convidados os Líderes para uma reunião logo ao encerramento desta Sessão para discutirmos esta emenda.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Ok, esta e talvez as demais, por sugestão também.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 062, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 063, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 064 e 066, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 067, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 068, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 069 a 071, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 072, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 073, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos e das Deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Carlos Welter, inscrito.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna no dia de hoje pois ouvi atentamente o Deputado fazendo críticas à Secretaria da Segurança Pública, mais especificamente ao Secretário Delazzari. A Segurança Pública é um trabalho espinhoso, todos sabem disso e sou testemunha do esforço que o Secretário Delazzari tem feito no sentido de amenizar os problemas no Estado do Paraná.

Aproximadamente há um mês atrás, na cidade de Cascavel, foi assinado a construção de uma Casa de Custódia; na semana passada foram entregues praticamente meia centena de viaturas para Polícia Civil.

O treinamento de policiais militares acontece gradativamente, agora no sentido da Polícia Comunitária, e nós sabemos que leva oito meses para treinar estes policiais civis. Há muitos que vão para a reserva, outros pedem afastamento de seu trabalho; sabemos o quanto é difícil formar um quadro competente nas áreas das polícias civil e militar. Precisamos reconhecer o esforço que o Secretário tem feito para melhorar a Segurança Pública do Estado do Paraná! Aqui temos problemas, todos os Estados do País têm problemas, mas preciso aqui fazer de público, desta tribuna, reconhecer que o Secretário Delazzari está fazendo um esforço grandioso para melhorar a Segurança Pública do Estado do Paraná. Da cidade de Toledo e região também virá para esta Assembléia, nos próximos dias, o novo projeto de geoprocessamento dos crimes, a nova definição da distribuição de tarefas da Polícia Civil e Militar. Será criado um Batalhão de Polícia naquela cidade, em Toledo. Então, meus queridos Deputados, as críticas são bem-vindas, mas sabemos que não é possível resolver de uma hora para outra, mas há um esforço grandioso no sentido de melhorar a Segu-

rança Pública. Amanhã falarei desta tribuna de vários e vários convênios que foram lidos pelo Secretário desta Casa, dos grandes e vultosos recursos que são repassados pelo Governo Federal na área da Agricultura, da Segurança Pública, na área da pesquisa, no caso da EMBRAPA repassado recursos para o IAPAR.

Então tem muitas coisas boas acontecendo e de fato o que é preciso é que sejam relatadas com a firmeza e a necessidade devidas. Muito obrigado.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e quatro reuniu-se na sala de reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci e contando com a presença dos seguintes Deputados: Alexandre Curi, Duílio Genari, Nelson Tureck e Nelson Justus. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente Reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 187/2004 de autoria do Deputado Carlos Simões. Com Parecer do Deputado Nelson Tureck FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 221/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Com Parecer do Deputado Nelson Tureck FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 137/2004 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Com Parecer do Deputado Alexandre Curi FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 025/2004 de autoria do Deputado Carlos Simões. Com Parecer do Deputado Alexandre Curi FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 305/2004 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Com Parecer do Deputado Duílio Genari FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 336/2004 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Com Parecer do Deputado Nelson Tureck FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário